

Experiências de resistência à remoção em territórios ocupados pela população pobre nas periferias da cidade do Rio de Janeiro*

Maria de Fátima Tardin Costa**

Resumo

Esta pesquisa teve como foco central os modos de organização de sociabilidade nas experiências de resistência vividos, no Rio de Janeiro, por moradores de favelas, contra o despejo de suas terras e moradias, frente às transformações no uso e ocupação do solo urbano entre os anos de 2009 e 2016. No contexto dos processos de gentrificação da periferia brasileira, investigam-se os limites impostos aos horizontes emancipatórios e à realidade daqueles que se recusam a aceitar sua marginalidade. No âmbito da luta por terra e moradia e nos horizontes históricos dados pelos limites lógicos desta forma social, buscamos contribuir com o estudo das relações e mediações construídas por necessidade dos processos de resistência dos moradores pela permanência em seu território, na perspectiva de insurgência de um sujeito consciente de sua condição e de sua de potencialidade transformadora.

Palavras-chave: resistência; remoção; favela; periferia; crise

Experiments of resistance to removal in territories occupied by poor population in the peripheries of Rio de Janeiro city

Abstract

The main focus of this research was the organization of sociability in the experiences of resistance experienced in Rio de Janeiro by slum dwellers, against the eviction of their lands and dwellings, in the face of changes in the use and occupation of urban land between the years of 2009 and 2016. In the context of the processes of gentrification of the Brazilian periphery, we investigated the limits imposed to the emancipatory horizons and the reality of those who refuse to accept their marginality. In the framework of the struggle for land and housing and in the historical horizons given by the logical limits of this social form, we seek to contribute to the study of the relations and mediations constructed by the necessity of the resistance processes of the inhabitants for the permanence in their territory, in the perspective of an insurgency of a conscious subject of his condition and his transforming potentiality.

Keywords: resistance; removal; slum; periphery; crisis

Recebido em: 10/11/2017
Aprovado em: 08/04/2018

* Este texto foi elaborado a partir do relatório de pesquisa pós-doutoral realizada entre 2015 e 2017, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a supervisão do Prof.Dr. Marildo Menegat.

** Doutora em Psicologia Social (UERJ). Arquiteta na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
fatimatardin@gmail.com

Introdução

A falta de perspectivas para se vender a força de trabalho e a urgente necessidade de habitar algum espaço, forçou esta paradoxal situação em que a improvisação que são as favelas se tornou definitiva e se fixou como regra de um futuro que na sociedade burguesa nunca será melhor - mas tem boas chances de ser pior.¹

Para uma economia capitalista em estado agônico e cidades colapsadas, moradores de

alerta Davis, não é mais uma particularidade da periferia do capitalismo, mas também dos países centrais: “*a pobreza periurbana* (...) – é a nova face radical da desigualdade”,² e —”somente a favela continua a ser solução totalmente permitida para o problema do armazenamento da humanidade excedente deste século.”³

A cidade do Rio de Janeiro se insere nesta condição em que a realidade objetiva a que estão submetidas as massas residentes nas favelas é extremamente perversa, e é à luz dessa realidade que procuramos compreender e analisar as experiências estudadas. Do que pudemos acompanhar desde os anos 1990, há uma consideração inicial que conecta as questões que nos conduziram a retomar os estudos e a elaborar esta pesquisa com a violenta realidade da população pobre da cidade do Rio de Janeiro na última década: é a de que, continuamente, práticas criativas de sociabilidades resistentes⁴ têm sido solapadas pela objetividade do quadro de possibilidades imposto pelo Mercado/Estado.⁵

O curso da história abrange o nível dos acontecimentos e o nível das estruturas e, como afirma Novais, sua compreensão presume a articulação dos dois níveis da realidade:⁶ “Para tentar essa difícil articulação, é bom ter sempre presente que o movimento das estruturas cria o quadro de possibilidades dentro do qual se produzem os acontecimentos, pois se os homens fazem a história, não a fazem como querem.”⁷ Nessa linha, Oliveira também nos fala em seus escritos sobre o trabalho enquanto “*processo do social*”: “os homens exercitam sua escolha, dentro das circunstâncias que lhe são legadas.”⁸ Essas passagens nos permitem fazer uma analogia com a complexa realidade das experiências estudadas: frente a um cotidiano de barbárie e num horizonte sem perspectivas de rupturas estruturais desta forma social, fator que torna ainda mais difícil a percepção dos dois níveis de realidade, para a compreensão do processo histórico.

Nesse rumo, para uma análise dos processos de resistência em questão, partimos de duas premissas: a primeira foi fugir da armadilha de pensar as experiências de resistência

contra as remoções na perspectiva da luta de classes, porque os moradores de favelas que lutam pela permanência em seu território não se organizam enquanto trabalhadores conscientes de direitos abstratos, mas respondem à objetividade das remoções⁹ por intuição e necessidade de sobrevivência; a segunda foi procurar identificar, no processo, o desenvolvimento de formas cognitivas da realidade e de novos modos de organização de sociabilidade com potencialidades transformadoras desta mesma realidade.

No período que abrange a pesquisa, muitas comunidades foram demolidas da noite para o dia, como ocorreu com as favelas situadas ao longo da Avenida das Américas, que desapareceram por ocasião das obras da via Transoeste (2010/2011), em que moradores, sem receber qualquer aviso, acordavam com a retroescavadeira na porta de casa. Quando não tinham suas casas demolidas de imediato, os grupos de moradores que procuraram se organizar para resistir contra a remoção, como vítimas e testemunhas da objetividade da produção capitalista da cidade, não elaboravam suas lutas de forma autônoma, mas buscavam se apropriar do que encontravam e fora armazenado socialmente.

A população brasileira, por necessidade de sobrevivência nas cidades, tem, historicamente, se organizado contra o Estado. Este, ao fazer a gestão de áreas valorizadas pelo mercado especulativo de cidades globalizadas onde a acumulação por espoliação e as disputas pelo território são intensificadas, exerce seu poder coercitivo sobre as massas, superdimensionando os aspectos da ordem e da segurança urbanas. Nesse contexto, a ameaça de remoção, especialmente das favelas localizadas em áreas valorizadas da cidade, é apenas uma das violações contra a vida a que estão submetidos seus habitantes e, quase sempre, um problema que passa a existir quando a retroescavadeira chega à porta de suas casas.

No Rio de Janeiro, a população residente em regiões favelizadas vive um cotidiano violento, que forma subjetividades ameaçadas pela opressão e pelo discurso do ódio. Esta é a realidade que estudos e pesquisas no campo da violência urbana têm demonstrado e a grande mídia nem se preocupa em ocultar. Notícias¹⁰ sobre ocorrências e pesquisas revelam o preconceito e o medo a que são submetidos os residentes em favelas pela polícia, pela milícia, pelo tráfico, pelo Estado e pela ausência deste. O Núcleo de Estudos da Cidadania e Violência Urbana (NECVU) demonstra que os casos de "autos de resistência",¹¹ em geral, não são prioridades para investigação, "por envolverem, em sua maioria, pessoas de baixa renda, moradores de favelas e, sobretudo, por terem como autores policiais militares ou civis que trabalham na área, com quem os investigadores não desejam se "indispor".¹² Não cabe aqui aprofundar essa questão, mas, como forma de trazer à superfície o contexto em que o Estado

entra para reconfigurar espaços urbanos com apelo especulativo e intervir com obras nas favelas que, invariavelmente, acarretam em remoção de grande parte dos moradores de suas casas, consideramos pertinente destacar algumas considerações de dois trabalhos:

a) o NECVU¹³ afirma:

Como resultado da escolha por um modelo bélico de controle social, a experiência cotidiana do Estado tem sido, para os "favelados", sobretudo uma experiência do autoritarismo e violência policial; das políticas repressivas que afetam diretamente as suas rotinas e reformula uma percepção e sua própria cidadania.¹⁴

b) Para o Fórum de Juventudes RJ (FJRJ), a presença bélica do Estado nas favelas constrói a ideia de que seus moradores, “especialmente os jovens, são inimigos que precisam ser eliminados”. Nessa mesma lógica, a população que não mora na favela pede sempre mais policiamento e “legitima as ações genocidas dos agentes de Estado”.¹⁵ Classificar esses jovens como criminosos legitima suas mortes também para a população que reside na favela.

É nesta situação de fragilidade social e em território com precário atendimento de serviços e equipamentos públicos que o Estado surge para comunicar aos moradores das favelas que serão simplesmente removidos ou para fazer promessas de obras de urbanização que levarão ao mesmo fim. A intensidade e escala das ações e os argumentos utilizados pelo poder público para justificar as remoções apresentam alguma variação, sendo mais comumente alegados o risco de deslizamento ou inundação, a preservação ambiental ou a necessidade da área para construção de infraestrutura ou algum equipamento público. Em todos os casos registrados, esses argumentos servem para encobrir que as remoções, invariavelmente, atendem os interesses especulativos do capital imobiliário e de outros grupos econômicos a ele associados.

No século XX, há exemplos importantes de processos coletivos de organização de resistência em favelas: nos anos 50, a União de Trabalhadores Favelados (UTF) e; nos anos 60, a Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg). No período de 2009 a 2016, no âmbito das lutas que abrangem este estudo, alguns movimentos sociais, conformados a partir das questões demandadas pelas favelas, com e por seus moradores, cumpriram importante papel agregador na organização das experiências de resistência contra a remoção das 4 favelas objetos desta pesquisa, em especial: Conselho Popular¹⁶(CP) e Favela Não Se Cala¹⁷ (FNSC). Movimentos que surgiram em reação ao retorno do discurso governamental da remoção de favelas e cresceram fora dos espaços políticos de atuação dos movimentos sociais ligados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e fora do processo institucional de Conferências da Cidade de 2003 e 2005. Tanto o CP como o FNSC,

cada um a seu tempo, tinham como eixo importante de sua ação a defesa da terra e da moradia na favela e a articulação da luta de cada comunidade com a luta geral contra as políticas públicas de remoção e de outras formas de opressão que afetam os moradores das favelas.

Este estudo foi realizado a partir das experiências de resistência dos moradores contra as remoções de favelas assistidas pelo Nuth/DPERJ, a saber: Morro da Providência, Vila Autódromo, Estradinha (Tabajaras Botafogo) e Indiana. Essas quatro favelas mantinham uma relação de reciprocidade na luta, uma prática, provavelmente, facilitada pelo fato de serem assistidas pelo Nuth/DPERJ e pela conjuntura política de efervescência de movimentos sociais críticos à realização de megaeventos. Sem obedecer a um padrão de enfrentamento, as quatro experiências, tanto quanto à iniciativa de mobilização como quanto aos objetivos da resistência, apresentaram-se fragmentadas internamente: sob ameaça da remoção, houve divisão entre os que lutavam para permanecer em suas casas e os que optaram por sair, condição bastante explorada pela Prefeitura para criar situações de conflito entre moradores e conseguir remover um número maior de moradias;¹⁸ a fragmentação também se expressa na queixa comum de que “lutam sozinhos porque a maioria é ‘acomodada’ e não comparece” ou, de que moradores aliados ao poder público fazem oposição à resistência.¹⁹

É importante ressaltar a predominância de mulheres na organização da resistência, mesmo nas favelas em que havia a presença masculina à frente da Associação de Moradores, como era o caso da Vila Autódromo e da Estradinha.²⁰ Tal fato pode se justificar pelo fato de, nas favelas, haver um grande número de mulheres, chefes de casa e, portanto, responsáveis pela sobrevivência da família, mas não é só isso.²¹ Como destaca Scholz, “em situações de crise social aguda a maior carga recai sobre os ombros das mulheres”, além de ser comum haver “um abrandamento dos papéis tradicionais de gênero em condições de empobrecimento”.²² Essa característica também é destacada por S. Gonçalves para a realidade brasileira: “a crise da forma do valor, sendo considerada também a crise do masculino, ao evidenciar os resultados regressivos do seu aprofundamento, se expressa no colapso brasileiro, especialmente através da responsabilização feminina pela administração dos seus escombros.”²³

Da necessidade de se organizar para resistir, surgiram núcleos de moradores que, nem sempre ligados à associação de sua comunidade, constituíram comissões e buscaram apoio institucional e de movimentos sociais. Ressaltadas as diferenças, esses moradores e

moradoras, de um modo geral, para se contrapor à proposta do Estado de remoção de favelas, desenvolveram um processo de resistência estruturado em três frentes:

- 1- jurídico-institucional, pelo respaldo que encontraram na assistência prestada pelo Nuth/DPERJ;
- 2- busca de apoio técnico, junto a coletivos de assessoria, a movimentos populares, e/ou Universidades, na defesa contra as justificativas da remoção fundamentadas em argumentos de risco e de necessidade do planejamento e projeto de urbanização e;
- 3- estratégia de construção de um projeto de urbanização que comprovasse a viabilidade de sua permanência em contraposição ao projeto da Prefeitura que se estrutura na remoção de grande parte ou da totalidade dos moradores.

Com a atuação do Nuth/DPERJ, as quatro favelas alcançaram ganhos na Justiça que provocaram a suspensão das remoções, conforme apresentamos em quadro síntese (Anexo 1). Em 2013, os recursos do governo federal para o Rio de Janeiro são prioritariamente destinados para os compromissos assumidos para a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), o que levou à sensível diminuição dos recursos previstos para urbanização de favelas, a exemplo do Programa Morar Carioca.²⁴ Estrategicamente, num contexto de grandes mobilizações e manifestações políticas de rua, no primeiro ano de seu segundo mandato, o prefeito Eduardo Paes aproveitou aquele momento para “rever” sua opção pela remoção para atingir a meta de reduzir em 5%²⁵ a área ocupada por favelas, como anunciara em 2012.²⁶ O cálculo, à época, era de que 67 mil pessoas²⁷ haviam sido despejadas desde 2009. O prefeito apareceu em várias entrevistas em todas as mídias para comunicar sua decisão e, entre julho e agosto, visitou as favelas que estavam mobilizadas contra a remoção, em especial aquelas que haviam conquistado, na Justiça, a suspensão das demolições.

A partir de então, a tensão existente na relação entre a Prefeitura e os grupos de moradores que resistiam às remoções diminuiu, o que quebrou a blindagem contra a Prefeitura no que dizia respeito a seu acesso às favelas e criou a oportunidade de reabrir negociações que transcorreram no segundo semestre de 2013. Este foi um período de muitas reuniões entre a Secretaria Municipal de Habitação [SMH] (e outros órgãos de acordo com a particularidade de cada caso: GeoRio, Rio Águas etc.) e os moradores, acompanhados de seus defensores públicos e coletivos de assessoria técnica. As quatro favelas pesquisadas ainda eram prioridade para “receber obras”, provavelmente, por estarem localizadas em regiões de grande interesse para o capital imobiliário. Em especial, a Providência, localizada no coração da Zona Portuária, região submetida a obras do projeto “Porto Maravilha”, e a Vila

Autódromo, vizinha do Parque Olímpico, área que havia sido concedida, em regime de Parceria Público Privada (PPP), por 15 anos, à Concessionária RioMais (Odebrecht, Carvalho Hosken e Andrade Gutierrez).²⁸

Para recuperarmos o momento em que a prática da remoção é retomada como medida de caráter amplo, e parte da política nacional de desenvolvimento urbano, cabe aqui uma digressão e um recuo no tempo até 2005, ano que identificamos como de inflexão da política nacional de desenvolvimento urbano defendida pelo governo federal, um marco de **retorno do discurso governamental da remoção**. Destacamos dois eventos relacionados a essa inflexão: o primeiro, de caráter interno da administração pública, foi a **troca do Ministro das Cidades**, em julho – sai Olívio Dutra, quadro histórico do Partido do Trabalhadores (PT), comprometido com os movimentos populares e com a criação e estruturação desse ministério, e assume Márcio Fortes, do Partido Progressista²⁹ (PP), mudança que sinalizava para o enfraquecimento político das instâncias democrático-participativas (ConCidades, por exemplo) criadas com o ministério (o que foi um banho de água fria nos movimentos populares de luta por terra e moradia, apesar de o governo federal continuar contando com alta aprovação dos movimentos sociais); o segundo, ocorrido em setembro e de caráter externo à administração pública, foi o início da campanha do jornal *O Globo*, voltada para a denúncia de “irregularidades” urbanísticas nas favelas **“Ilegal e daí?”**.³⁰ Em 30/09/2005, em meio ao processo de realização da etapa estadual da 2ª Conferência das Cidades do Estado do Rio de Janeiro,³¹ chamada na primeira página desse jornal -“É fundamental discutir um amplo programa de desfavelização no Rio de Janeiro – e desta vez, sem interditar o termo ‘remoção’” – destacava o editorial, **“Desfavelização não pode deixar de prever as remoções”**.³²

Em outubro de 2006, a Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro entra com ação contra o prefeito Cesar Maia, por omissão em relação ao surgimento e crescimento de favelas no Alto da Boa Vista, e solicita que a Prefeitura faça a remoção de 13 favelas desse bairro.³³ Um ano antes, na sequência de reportagens da série “Ilegal. E daí?”, de 2005, o Ministério Público já havia anunciado, em matéria de 6/10/2005, que o prefeito poderia desocupar 14 favelas do Alto da Boa Vista sem necessidade de mudança na legislação. Contra as remoções do Alto,³⁴ se insurge, principalmente, o Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (Conca), que veio a fazer parte do Conselho Popular (CP), criado no princípio de 2007. Do aumento de políticas e ações arbitrárias para o controle das favelas emergiu a necessidade de se construir uma resistência crítica às desigualdades

resultantes das políticas públicas da cidade do Rio de Janeiro e, nesse sentido, houve um movimento de associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e fóruns que se propunham a discutir e trabalhar essas questões.

Aqui cabe um parêntese sobre o surgimento do Conselho Popular,³⁵ que motivou, inclusive, uma reestruturação do Nuth, em 2007/2008.³⁶ Pode-se dizer que o CP, movimento de resistência que surge no contexto de reiteração da prática de remoção de favelas como forma de liberar áreas para o capital imobiliário, foi uma iniciativa da Pastoral de Favelas e de Miguel Baldez, que se articularam com pessoas que ocupavam funções importantes em órgãos públicos chaves para a defesa dos direitos a terra e moradia urbanas e com moradores de favelas que tinham inserção nesses órgãos. Os grupos populares que vierem a estruturar o CP³⁷ não faziam parte do processo de movimentos nacionais, aceitos pelo campo político da reforma urbana,³⁸ conformados nos espaços “democrático-participativos” institucionais, vinculados aos processos de Conferências e Conselhos, modelo que se tornara muito mais de legitimação de ações do governo do que um espaço de discussão da política nacional de desenvolvimento urbano do Ministério das Cidades. Talvez por isso, o CP conseguisse manter certa autonomia³⁹ para discutir as contradições que emergiam dos debates nos espaços institucionais democráticos e das políticas urbanas e habitacional não vinculadas à agenda dos movimentos da Reforma Urbana. Identificamos o Movimento União Popular (MUP) e o Conca como movimentos que se envolveram com o CP e que surgiram no final dos anos 1990 para os anos 2000.⁴⁰ Estratégias, táticas, métodos e cultura política postas em prática, pelos processos coletivos das 4 favelas, na defesa da moradia digna e na luta contra seu despejo se fortaleceram a partir desse campo político-intelectual militante.

Obras do Pan e PAC 2007: prenúncio da acumulação de escombros

A crise estrutural do capitalismo, em sua manifestação local, foi agravada pelo excesso de capacidade produzida pelos investimentos especulativos com os Jogos. É próprio a uma condição de superacumulação monetária que a liquidez abundante seja transformada em investimentos, aparentemente produtivos por sua natureza física, mas que se revelam sem fundo pelo fato de que são baseados na antecipação de riqueza futura; servem à mera circulação de capital em excesso sob a forma monetária e, quando mobilizam o mercado imobiliário, aproveitam para se multiplicar através de rendimentos não-produtivos (juros, renda etc.).⁴¹

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC),⁴² introduzido em janeiro de 2007 pelo governo federal, dava ênfase ao papel do estado “investidor” e “indutor do desenvolvimento econômico”. Nesse pacote, inclui-se o que se chamou de PAC Favelas⁴³ e o Rio de Janeiro

(estado e municípios) capturou 10% entre todos os recursos destinado ao PAC das Favelas⁴⁴ do país. A situação de violência cotidiana nas favelas se agravava com a ameaça de remoções, “novidade” incorporada como prática nas intervenções de obras com recursos do governo federal. Para Asevedo:⁴⁵

Os resultados esperados dessa política não poderia ser outro, então, do que a prioridade para “intervenções seletivas” em algumas comunidades escolhidas de forma aleatória, que não partiam de um diagnóstico abrangente sobre os problemas que afetavam essas comunidades, e não consideravam o seu contexto socioeconômico específico e a forma como estavam inseridas no espaço urbano. Essas intervenções basearam-se na execução de obras suntuosas, atrativas para as empreiteiras, que tivessem grande visibilidade e, portanto, pudessem produzir um impacto político para além dos limites das comunidades beneficiadas ou dos bairros onde as mesmas estavam localizadas, como pode ser exemplificado pelo caso do Rio de Janeiro, onde obras dessa natureza foram concentradas em quatro comunidades de favelas – Morro do Alemão, Rocinha, Manguinhos e Pavão-Pavãozinho, envolvendo a implantação de teleféricos e elevadores panorâmicos, equipamentos públicos de grande porte, a construção de viaduto para elevação da linha férrea etc., a um custo superior ao total do orçamento do FNHIS para 2007, de mais de R\$ 1,0 bilhão, e que, além disso, incorporaram como “novidade” a remoção de centenas de famílias (...)⁴⁶

O exemplo das obras do PAC em Manguinhos, que incluía elevar a linha férrea naquele trecho, uma obra tecnicamente injustificável, salvo pelo fato de ser uma obra de tal vulto que exigiria o despejo de centenas de famílias. Os que resistiram, como foi o caso de moradores da Vila Turismo,⁴⁷ eram ameaçados de ficar sem qualquer obra de urbanização.⁴⁸ Uma resistência emblemática contra a tentativa de remoção, em 2007, no contexto pré-Jogos Pan-americanos, foi a do Canal do Anil, porque, à época, a partir do Conselho Popular, conseguiu-se articular uma rede de comunidades e movimentos sociais, permitindo um “arranjo comunitário-institucional [que] colaborou diretamente para a obtenção de resultados favoráveis na luta contra a remoção”.⁴⁹

2008 foi ano de campanha política para eleições municipais e, em meio às contradições afloradas pelos processos de intervenções urbanísticas e obras para o Pan-americano e do PAC Favelas, financiados pelo governo federal, cresceu o nível de conflitos entre militantes e as mediações críticas ao desenvolvimentismo do governo federal ficaram quase impossíveis: ou se apoiava o candidato a prefeito, que era um “parceiro”, ou se era “contra o governo”. Sobre essa crise dos movimentos populares, Lurdinha, da coordenação do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) RJ, consegue expressar de forma clara o quanto cresceu o nível de complexidade da luta contra a remoção, na última década:

A nossa bandeira pela democratização da cidade está muito mais complicada. (...) antes, nós tínhamos inimigos claros, com lógicas claras, (...) Agora, todos nós somos inimigos. (...) Ninguém pode falar nada, senão é opositorista, mas em compensação tem uma lógica que a gente constituiu nas últimas décadas de avanço

social da classe trabalhadora, que às vezes não é compreendida e muito menos aceita. (...) Temos que conseguir juntar uma meia dúzia que consegue afirmar os mesmos valores com compromissos de dez anos atrás, que não se rendeu à facilidade da reprodução do poder para a reprodução do caos capitalista, se juntar pra fazer denúncias cada vez mais sistematizadas, que guarde relação cada vez mais clara com a realidade do povo e conseguir estar na base para dizer: ‘Vocês não são obrigados a morrer só porque quem tá matando era amigo’. Não tem que aceitar ser removido só porque o vice-prefeito, (...), era morador da Vila Aliança – que é uma comunidade pobre de Bangu. (...) Pelo contrário, se eu estou vendo que o valor que ele assumiu é um valor que derrota a vida, isso tem que me tornar mais convicta do valor que eu gritava há dez anos.⁵⁰

Nessa conjuntura adversa, o que se viu no Rio de Janeiro nesses anos, aliado ao aumento das remoções, foi o crescimento das restrições de acesso aos canais institucionais a quem a população que se organizava costumava recorrer. Do Conselho Popular, por exemplo, que teve importante papel na organização da luta contra as remoções de 2007 a 2011, participavam de reuniões quinzenais da Câmara Técnica representantes do Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro (Iterj), Nuth/DPERJ e da Subprocuradoria de Direitos Humanos do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPERJ), o que trazia celeridade para as ações de resistência, que dependiam dessas instituições. Ao longo desse período, aqueles que ocupavam cargos chaves para agilizar tais ações, foram sendo substituídos em seus órgãos,⁵¹ de modo a liberar os entraves administrativos e jurídicos que pudessem atrapalhar o avanço das obras.

Entre 2006 e 2012, o Coletivo Técnico,⁵² um dos grupos de assessoria e apoio aos movimentos de luta por terra e moradia no Rio de Janeiro, foi convocado a atuar em cerca de 20 comunidades,⁵³ por necessidade dos processos de resistência contra as remoções motivadas, dentre outras razões, por: obras do PAC; do Morar Carioca; para os Jogos Pan-americanos; pelas chuvas de 2010; por obras viárias da Via Light, TransOeste e TransCarioca; obras para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016; para obras da região portuária; e por dano ao meio ambiente.

Os recursos para obras do PAC Favelas, de 2007, tiveram reforço, em 2009, do PAC Minha Casa Minha Vida (MCMV). A partir de então, ocorreu uma articulação, que envolveu a atuação concertada do governo federal com governos estaduais e municipais, com o objetivo de promover uma **política de remoções de comunidades pobres** e abrir espaço para a valorização do capital imobiliário, política essa que é executada em escala ampliada, de forma simultânea em diferentes cidades. Tanto o PAC (2007) como o MCMV (2009) foram programas discutidos e planejados no âmbito da Casa Civil, ignorando por completo o Conselho das Cidades, que havia sido criado em 2004 com a função de discutir e propor uma

política nacional de desenvolvimento urbano. O MCMV incluía a produção de habitação popular na estratégia de investimento para o desenvolvimento do país.⁵⁴ A indústria da construção civil, na produção de unidades habitacionais, tem um impacto maior nas cadeias produtivas do que as obras de infraestrutura, da construção pesada, porque mobiliza também a produção industrial de materiais de construção, de acabamentos, de decoração etc.

Destruir para construir: Rio de 2009 a 2016

A conjunção dos acontecimentos e eventos descritos aqui, de forma resumida, contribuíram para criar as condições propícias para que, no período de 2009 a 2016, no Rio de Janeiro – pelos interesses acumulados que envolviam meganegócios e inúmeras intervenções urbanísticas, através de um pacto federativo (governo federal, estadual e municipal, alinhados politicamente) –, fosse garantida uma política governamental de remoções de favelas. Para buscar o apoio político da sociedade, o argumento utilizado pela propaganda do governo foi o de que tais negócios e obras seriam necessários para a realização dos eventos esportivos, Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).⁵⁵

Em janeiro de 2010, a Prefeitura divulgava pela mídia uma lista de 119 favelas que seriam removidas no seu governo, mas, em 2009, matéria sobre o Plano Plurianual (PPLA) do município para os 4 anos seguintes, já anunciava em destaque "Rio prevê reduzir 5% da área de favelas até 2013".⁵⁶ Segundo Antônio Augusto, arquiteto da Secretaria Municipal de Habitação, à época, a lista das 119 surgiu de um levantamento que cruzava dados da GeoRio e da Rio Águas, de "favelas que estavam em faixa de proteção de rios e em áreas de encostas, mais de 70% em áreas de risco". Entretanto, observa-se que se trata de uma listagem extremamente heterogênea no que diz respeito à história das favelas, ao porte, às características físico-territoriais (morros, áreas planas, prédios, trechos de vias públicas) ou à densidade de ocupação. Localizadas em diferentes bairros da cidade, nenhuma das favelas discriminadas estava acompanhada ou indicava quaisquer estudos que pudessem caracterizar a alegada "situação de risco".



A notícia oficial sobre a estratégia de remoções da Prefeitura do Rio de Janeiro foi divulgada nos dias 7 e 8 de janeiro de 2010, tendo merecido matéria de capa do jornal *O Globo*, sob o título “Rio vai remover 119 favelas de áreas de risco em 2 anos”, que estampava uma foto da Estradinha com a legenda: “uma vista aérea do trecho da comunidade do Tabajaras, acima do Cemitério São João Batista: **remoção nos próximos dois anos**”. Essa lista incluía um grupo de comunidades que já tinham sofrido ameaças ou ações de remoção em ocasiões anteriores: **Indiana**, Horto, Arroio Pavuna, Belém-Belém, **Vila Autódromo** etc. Embora a lista fosse apresentada como resultado de um “criterioso estudo” da Prefeitura, três outras comunidades, cujos nomes não constavam da lista, também eram citadas como “marcadas” para remoção: **Estradinha** (Tabajaras Botafogo), Pedacinho do Céu (Morro do Turano) e Vila do Sossego (Morro da Babilônia).

Em relação aos casos pesquisados, à exceção da Providência e Pedra Lisa, favelas incluídas no Programa Morar Carioca, com projeto de urbanização que previa a remoção de quase 50% de seus domicílios, as favelas Indiana, Estradinha⁵⁷ e Vila Autódromo faziam parte da listagem da Prefeitura para remoção total e investiram, em conjunto com o Nuth, na estratégia de construção de um “projeto de urbanização alternativo” que “comprovasse” a viabilidade de sua permanência.

Retomando o assunto das três frentes de luta estratégicas para resistir às remoções – 1. jurídico-institucional; 2. busca de apoio e assessoria técnica; e 3. estratégia de construção de um projeto de urbanização –, podemos considerar uma tendência “natural”, vencida a etapa inicial de paralisar os despejos, que os moradores buscassem, como estratégia de resistência, a construção de um projeto urbanístico que comprovasse a viabilidade de sua permanência no local. Em meio a uma ilusão eufórica com o “legado” urbano que poderia surgir daquela avalanche de obras e ainda, talvez, um sentimento de insegurança causado por medo do julgamento alheio ao se posicionar contra o “progresso” que estava por vir a reboque dos negócios ligados aos grandes eventos, a hipótese é a de que se tentava encontrar alguma racionalidade argumentativa que pudesse se impor frente aos argumentos “racionais” do

governo em defesa de uma, aparentemente, inquestionável política de aceleração do crescimento econômico.

Além de ter sido uma orientação às comunidades assistidas, do próprio Nuth,⁵⁸ sob a coordenação de Maria Lúcia de Pontes, ela própria, hoje, defensora titular do Nuth, sustenta, com argumentos de sua experiência prática, a importância da discussão sobre um projeto urbanístico para a mobilização e resistência dos assistidos:

Tenho duas expectativas sempre com essa questão do projeto urbanístico, desde a formação do Coletivo.⁵⁹ 1 – criar uma mobilização da comunidade em torno daquele projeto; 2 – mostrar para a comunidade que é possível fazer um projeto de urbanização a partir do interesse e da necessidade deles. Daí a conseguir concretizar esse projeto é um outro passo que vai depender dessa mobilização gerada aqui. Até agora ainda não conseguimos, nem Estradinha, nem Vila Autódromo. Mas na Estradinha, quanto mobilizou ter esse projeto? Se não fosse isso, não haveria liminar que sustentasse aquela comunidade. O que sustentou é o trabalho junto ao Coletivo Técnico.⁶⁰

Nesta pesquisa, nos propusemos a analisar quatro das experiências de resistência de moradores de favelas que estavam na linha de prioridade do poder público, no período de 2009 a 2016, para desaparecerem do mapa da cidade do Rio de Janeiro. Sem pretensões de alcançar toda a abrangência dessas experiências, o que trazemos aqui são observações desta pesquisadora e militante voluntária do Coletivo Técnico, parte atuante desse processo na função de apoio e assessoria aos movimentos populares de luta por terra e moradia no Rio de Janeiro.

No início de 2010, por iniciativa da coordenação do Nuth, o Coletivo, que atuava na Câmara Técnica do CP, foi convidado para dar assessoria técnica no caso da comunidade Vila Autódromo. Mas essa participação do CT no Nuth cresceu de forma inesperada com as chuvas de abril daquele ano e a consequente ameaça da Prefeitura, utilizando-se do argumento do risco, de “remover” completamente várias favelas. Esse canal direto com o Conselho Popular, criado pelo Nuth, disponibilizando aos movimentos populares a estrutura consolidada da Defensoria Pública, foi estratégico para estimular a organização e dar maior capacidade de resistência por um período, até que, em maio de 2011, o defensor público geral intervém, exonerando a coordenadora do Nuth e pedindo a demissão coletiva de toda a equipe desse núcleo, que atuava com êxito contra a política de remoções da Prefeitura. Com a nova composição do Nuth, o Conselho Popular passou por um período de dispersão e acabou encerrando suas atividades em final de 2011.⁶¹

Os grupos que se insurgiram das favelas Vila Autódromo, Estradinha, Providência e Indiana e de outras comunidades que se articulavam numa luta comum, primeiramente, a

partir do CP (2007-2011), seguido do FNESC, criaram relações duradouras de sociabilidade. A partir de 2014, mesmo com o descenso desses espaços políticos agregadores, a relação de solidariedade e de comprometimento entre as principais lideranças dos grupos restou estabelecida e, por um tempo, foi comum a participação de moradores das quatro áreas, tanto em atividades de rua, em luta comum às favelas,⁶² como em atividades específicas da luta de cada comunidade.

O jurídico-institucional como estruturante da insurgência

Recorrer à Justiça é uma das primeiras iniciativas de quem está sob ameaça de despejo e, nessas circunstâncias, contra o Estado, aos ameaçados das favelas, restava apelar à Defensoria Pública, ao Nuth. Após a mudança na presidência do Iterj, em janeiro de 2009, com a exoneração da presidenta Célia Ravera, que participava das reuniões da Câmara técnica do CP, e até 2011,⁶³ o Nuth – por sua equipe de defensores públicos empenhados na defesa do direito à terra e moradia de seus assistidos – de fato, tornou-se praticamente a única instituição com que essa população podia contar para a resistência contra as remoções.

Para dar apoio ao processo de resistência, até mesmo os grupos de assessoria “técnica” popular, ao menos inicialmente, precisaram funcionar como suporte à ação do Nuth.⁶⁴ Assim foi com o parecer técnico⁶⁵ de análise dos critérios adotados pelo decreto n. 20.454/ 2001 para relocação de famílias e para avaliação dos imóveis, decreto que estava sendo utilizado como pretensa base legal para a indenização das famílias que eram vítimas da política de remoção promovida pelo poder público. A exemplo desse, grande parte dos documentos produzidos pelos grupos de apoio decorreu da motivação inicial da luta, que era a resistência jurídica, embora os relatórios e laudos para instrução de processos judiciais tenham servido também como instrumento de informação e esclarecimento das comunidades, que assim puderam enfrentar em melhores condições as pressões do poder público. Entretanto, no atropelo da fúria das remoções e da necessidade de se priorizar ações de enfrentamento, tanto para os grupos de apoio como, principalmente, para os moradores, não sobrava tempo para se discutir os documentos “técnicos”. Minha avaliação é que esses instrumentos foram pouco apropriados pelos moradores, ficando sua suposta força para um debate que contextualizasse politicamente o significado daquela situação, restrita a apresentação a lideranças ou em grandes reuniões com caráter de passar uma informação geral do conteúdo principal.

Em reação à ameaça de remoção, os moradores das quatro favelas chegaram à Defensoria Pública e, na fase inicial da resistência de cada comunidade, o Nuth e coletivos de apoio, em síntese, trabalharam da seguinte forma. Para a **Vila Autódromo**, foram feitas visitas e parecer pelo Coletivo Técnico – “Vila Autódromo: o Direito à Moradia, o Direito à Cidade e a Rio 2016” – que foi incorporado ao Relatório do Nuth para notificação ao Comitê Olímpico Internacional (COI)⁶⁶ em maio de 2010; a partir de novembro de 2011, o Etern/Ippur/UFRJ e o Nephu/UFF passam a acompanhar a Vila Autódromo junto ao Nuth, na elaboração de uma proposta de projeto urbanístico que comprovasse a viabilidade da permanência da comunidade.⁶⁷ Para o **Morro da Providência e Pedra Lisa**, deram suporte inicial ao Nuth: o Fórum Comunitário do Porto, com o Relatório de Violações de Direitos no Morro da Providência⁶⁸ enviado ao MP e Defensoria Pública em maio de 2011 e o relatório e parecer do Coletivo Técnico⁶⁹ sobre os motivos alegados pela Prefeitura para a remoção de 832 nas duas comunidades. Para a **Estradinha**, o Coletivo Técnico elaborou, entre maio e o início de agosto de 2010, quando o Nuth protocola Ação Civil Pública no TJ, para coibir demolições e obrigar a Prefeitura a retirar os entulhos, os seguintes documentos: vistoria técnica e parecer com análise dos motivos alegados para a remoção; preparação de quesitos para o Nuth apresentar ao Centro Tecnológico da UFRJ sobre o Relatório da GeoRio; vistoria técnica e parecer sobre irregularidades relacionadas aos procedimentos adotados pela Prefeitura na demolição das casas, produzindo risco à saúde e à integridade física dos moradores. Na favela **Indiana**, apesar de incluída na lista para ser removida desde 2009, a Prefeitura iniciou as demolições em julho de 2012, quando os moradores se mobilizaram e formaram comissão para ir ao Nuth, que conseguiu, em dezembro, o deferimento da liminar que suspendia as demolições e obrigava a retirada dos entulhos. Em março de 2014, o Nuth solicita apoio técnico à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFRJ)⁷⁰ para “auxiliar no Processo de defesa jurídica e administrativa visando a regularização fundiária e urbanística do Assentamento”.

Pela cronologia das experiências de resistência dessas comunidades, a partir do mapeamento de suas iniciativas e reações provocadas por ações da Prefeitura e relações com a Defensoria Pública e coletivos de apoio, nota-se que a relação com o Nuth, no período estudado, é central para o processo de encaminhamento das decisões e ações de enfrentamento. Mesmo no período em que houve o desmantelamento do núcleo, em 2011, quando o clima era de muita insegurança por parte dos moradores, eles procuraram recuperar o contato com os novos defensores, para dar andamento às suas pendências. Quanto aos

grupos de apoio, rompeu-se o contato direto com os defensores e, nesse período, continuaram a assessorar os movimentos diretamente. Com o tempo, a partir das necessidades dos movimentos, voltam a participar de reuniões no Nuth, para tratar de assuntos específicos, o que ocorre com mais força, a partir de 2013, período de efervescência das manifestações de rua, quando o prefeito “recua” de sua decisão de remover as favelas e reabre negociações com os moradores das favelas ameaçadas, período de muitas reuniões, das quais os moradores participavam sempre acompanhados de seus defensores públicos e coletivos de assessoria técnica.

A partir de 2015, quando sai o defensor geral, responsável pelo desmanche do Nuth e por graves intervenções no trabalho dos defensores na defesa de seus assistidos, o núcleo vai recuperando, aos poucos, práticas mais democráticas e de socialização de suas ações. Ainda no segundo semestre de 2014, a relação mais direta do Nuth com os apoiadores vai sendo recuperada. Mais uma vez, por necessidade de apoio à Vila Autódromo, as defensoras Maria Lúcia⁷¹ e Adriana Beviláqua criam um grupo de trabalho,⁷² do qual participam aqueles que já acompanhavam a Vila Autódromo, alguns mandatos de vereadores e deputados próximos da comunidade e outros apoiadores que foram se incorporando ao longo do processo de resistência. Até 2016, esse grupo funcionou como apoio ao Nuth que, regularmente, convocava reuniões realizadas no próprio núcleo ou na comunidade.

Na intenção de construir uma síntese, grosso modo, propomos uma periodização da resistência, classificada segundo a frente estratégica que prevalece, por período:

a) **2009 - 2012** – período marcado pela prioridade à resistência jurídico-institucional, em reação às violentas ações promovidas pelo poder público, que conta com forte injeção de recursos em obras que resultam na remoção de inúmeras favelas. Em **10/08/2010**, Estradinha consegue decisão liminar que concede a suspensão das demolições e obriga a retirada dos entulhos acumulados pelas demolições já realizadas; A Vila Autódromo já era assistida pelo Nuth desde 1993, mas as pressões por sua remoção se intensificaram muito no período estudado. Em **15/10/2012**, a Vila autódromo consegue decisão liminar para que o Município do Rio de Janeiro se abstenha de remover os moradores da Comunidade e demolir suas residências; em **28/11/2012**, Providência e Pedra Lisa conseguem decisão liminar que suspende a execução do Projeto Morar Carioca até que a Prefeitura realize audiência pública, nos moldes legais para a readequação do projeto de urbanização aos interesses da população; em **10/12/2012**, Indiana consegue decisão liminar que determina a suspensão das demolições

e diz que a Prefeitura deve providenciar a retirada dos entulhos e realizar audiência pública para discussão de um projeto urbano de melhoria para a comunidade;

b) 2013 – 1º sem/2014 – pelos ganhos na Justiça, alcançados pelas quatro comunidades, e pela ebulição de movimentos sociais nas ruas, o prefeito fez um recuo político, criando expectativas de não remoção naqueles que resistiam. A resistência esteve, então, mais concentrada na discussão, com a assessoria técnica, para a negociação com a Prefeitura contra as justificativas de risco que levavam à “necessidade” de remoção e para negociação por obras de urbanização que garantissem sua permanência em seu território;

c) 2º sem/2014 - 2016 – O pacto federativo que dava suporte às remoções, a qualquer custo, na primeira fase, começa a ruir e esgotam-se as possibilidades de negociação entre moradores e poder público. O país, nesse período, já está mergulhado na crise econômica: em 2014, realiza a eleição presidencial mais acirrada da história; em 2015, a presidenta Dilma Roussef assume seu segundo mandato e sofre um processo de impeachment concluído em fins de agosto de 2016; o Estado do Rio de Janeiro entra em situação política e financeira irrecuperáveis; os recursos do PAC ficam escassos e a Prefeitura concentra investimentos de recursos em obras que garantiriam a realização dos negócios olímpicos.⁷³ Neste cenário, Providência, Estradinha e Indiana deixam de ser prioridade para remoção, e os trabalhos para a resistência ficam praticamente concentrados na agenda da Vila Autódromo, vizinha do Parque Olímpico e "a bola da vez".

Coletivos de assessoria, universidades e movimentos sociais na resistência

Para elaborarem suas lutas, os movimentos sociais buscam apoio no que encontram armazenado socialmente. Inicialmente, nas experiências em questão, a demanda produzida pelas justificativas de remoção fundamentadas em argumentos de risco e de necessidade de planejamento e projeto de urbanização, no âmbito da rede formada pelo Conselho Popular (CP), fez com que os moradores organizados se dirigissem ao Nuth para o apoio jurídico, aos coletivos de apoio em questões de ordem técnica, planejassem suas assembleias locais e organizassem suas mobilizações. Não importava quem da rede de suporte ao CP fosse demandado primeiro: os que constituíam as câmaras técnica, institucional e parlamentar,⁷⁴ quase sempre, levavam essas demandas para as reuniões semanais do CP, quando as questões eram apresentadas e discutidos os encaminhamentos possíveis.

A rede articulada ao CP, nesse movimento contra as remoções de favelas, teve dois pontos altos: **em 2007**, na insurgência contra o despejo dos moradores do Canal do Anil, favela vizinha à Vila do Pan-americano, resistência bem-sucedida, como relatado por Pontes⁷⁵ e Mendes;⁷⁶ e, **em 2010**, ano em que o CP teve uma atuação mais abrangente⁷⁷ com presença em assembleias⁷⁸ e trocas permanentes de experiências e apoios entre as várias favelas ameaçadas desde 2009 (Estradinha; Indiana; Fogueteiro/Fallet; Júlio Ottoni; Laboriaux; Parque Colúmbia; Prazeres; Metrô-Mangueira; Largo do Campinho; Vila Harmonia; Vila Recreio II; Muzema; Babilônia; Cantagalo/Pavão-Pavãozinho; Canal do Anil; Vila Autódromo; Arroio Pavuna; Vila das Torres).

Em 2011, além do desmanche do Nuth, segue o crescimento das remoções, principalmente, em decorrência das obras viárias da Transoeste⁷⁹ (alargamento da Avenida das Américas) e túnel da Grota Funda e da Transcarioca. A capacidade de insurgência e mobilização política da rede articulada pelo Conselho Popular foi afetada diretamente; tanto pelo grande número de demolições e ameaças de remoção, que ultrapassava a capacidade de enfrentamento do Conselho, dado o grande volume de intervenções urbanísticas concomitantes; quanto pela ruptura na relação do núcleo com seus assistidos que, por orientação do defensor geral, passou a se dar no campo da formalidade burocrática institucional.⁸⁰ Havia ainda, de refúgio para a luta por direitos, a Subprocuradoria de Direitos Humanos do Ministério Público, com o subprocurador Leonardo Chaves, que participou dos encontros do CP e teve importante atuação em diversos momentos da resistência, entretanto, sem poder contar com a agilidade da parceria com o Nuth e com o crescimento sem fim dos despejos e demolições generalizados em todas as regiões da cidade, a estrutura de funcionamento do CP se fragmenta para atender as várias frentes das demandas e se dispersa.

Mas o desgaste do CP não se resumia à desestruturação do Nuth (abril de 2011): houve abalos nas relações com a Pastoral de Favelas, instituição estruturante do suporte à rede de articulação do CP, quando a Arquidiocese do Rio de Janeiro assume uma interlocução com a Prefeitura e também o apoio formal à SMH no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, realizado nos meses de setembro e outubro de 2011, como foi divulgado nas redes sociais em fôlder virtual da SMH/Prefeitura. Em 2011, a Prefeitura/SMH vinha investindo pesado para viabilizar sua política de remoções: criara uma “Comissão de Mediação de Conflitos”, e o próprio desmonte do Nuth constituiu um dos componentes dessa política. Buscava, também, que os próprios moradores se submetessem a sua política de remoções de forma “voluntária”, tarefa para a qual esperava contar com uma rede de entidades e

instituições que legitimasse esse processo e pudesse a ajudá-la na tarefa de “convencimento” das comunidades.⁸¹

Em meio à crise e confusão de obras e escombros, na tentativa de se reorganizar, a rede articulada ao CP ainda realizou um seminário de avaliação política (10/07/2011), que gerou uma proposta de encontros chamados de Jornadas de Resistência.⁸² Houve dois encontros: o primeiro, na Estradinha (03/09/2011), sobre direito à moradia e área de risco, e, o segundo, no Canal de Anil (15/10/2011), sobre saúde ambiental. Dos moradores da Estradinha, surgiu a ideia de organização de uma Campanha de Reconstrução da comunidade,⁸³ projeto a partir do qual se criou um vínculo da organização local com o Coletivo Técnico (CT). Em 11 de outubro, na Vila Autódromo, também houve uma reunião do Conselho Popular em que surgiu, dentre as propostas de resistência, a feitura de um projeto urbanístico como estratégia de luta pela permanência da comunidade, como ficou registrado em ata:

Proposta: agrupar movimentos, moradores, ideias, resistências, faixas, oficinas, iniciar, após ampliar, o projeto de cartografia para defesa dos direitos e resistência da Comunidade, já com o escopo técnico, para um projeto urbanístico, multidisciplinar, que garanta efetivamente a permanência da comunidade na sua área de origem.⁸⁴

Quanto à estratégia de elaboração de um projeto urbanístico alternativo à remoção, para a resistência da Providência e Pedra Lisa, essa discussão não adquiriu importância: sua estratégia principal foi a reação e a crítica aos motivos alegados para a remoção fundamentados no projeto Morar Carioca que lhes estava sendo imposto.⁸⁵ Também a Indiana teve como estratégia principal a reação aos motivos alegados para sua remoção, mas, passada a fase crítica, deixam de ser prioridade para a remoção e, em 2014, buscam apoio para elaborar um projeto urbanístico: professores e alunos da FAU UFRJ vêm realizando um trabalho, junto à comissão de moradores, no sentido de se construir um projeto urbanístico que comprove a viabilidade da permanência da comunidade naquele local.⁸⁶

Das favelas deste estudo, a **Vila Autódromo** esteve presente no CP desde sua origem, conforme consignado em ata da primeira assembleia do Conselho Popular da região de Jacarepaguá e Vargens;⁸⁷ a **Estradinha** chegou à rede do CP, após as enchentes de 2010, ao buscar apoio para resistir à ameaça de remoção. Já os moradores da **Providência/Pedra Lisa** e de **Indiana** buscaram apoio num período de declínio do Conselho e fizeram a resistência conjunta com outras favelas a partir da articulação remanescente do CP. O FNSC⁸⁸ surgiu dessa desestruturação e foi ocupando esse espaço a partir de 2012.⁸⁹

Insurgir-se pela resistência

Até aqui, tratamos dos modos de organização de sociabilidade insurgente e das mediações construídas com o mundo externo (movimentos sociais e instituições), naquilo que é comum às quatro comunidades, no âmbito da luta por terra e moradia no Rio de Janeiro, por necessidade dos processos de resistência de seus moradores. Nesta seção, para observar cada uma em sua particularidade, na abrangência pretendida e, ao mesmo tempo, sem poder aprofundar o quanto tais experiências fazem jus, optamos por fazer uma sistematização, que resultou em um mapeamento cronológico, de 2009 a 2016, das ações e atividades relacionadas ao processo de resistência das quatro comunidades.

Esse mapeamento foi estruturado em tabelas⁹⁰, com informações originadas de três frentes que tiveram influência direta no processo de resistência – a Prefeitura, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública e os moradores mobilizados –, organizadas temporalmente pelos doze meses de cada ano. A cada informação mapeada corresponde uma ação ou atividade que está relacionada a um documento, notícia ou mesmo e-mail arquivados. Pela necessidade de interrupção da pesquisa, as tabelas estão em formato diferenciado, o que afeta um pouco seu conteúdo. Estradinha é a comunidade em que as informações puderam ser mais trabalhadas: suas tabelas estão organizadas anualmente, o que permite, a nosso ver, uma melhor visualização. As tabelas por comunidade estão apresentadas a partir do início da mobilização dos moradores e, o dado que inaugura a reação das comunidades no período estudado é a notícia, de dezembro de 2009, sobre as metas do Plano Estratégico da Prefeitura, dentre as quais estaria a redução de 3,5% da área ocupada por favelas na cidade. Segue um pequeno resumo de cada experiência.

Estradinha⁹¹

Há muitos textos, documentários e vídeos nas redes sociais sobre a experiência de resistência contra a remoção da Estradinha,⁹² comunidade que se insurgiu, desde fins de 2009, quando foi dada publicidade à intenção de a Prefeitura remover 119 favelas. Estradinha passou por rico processo de organização política,⁹³ que se desenvolveu com bastante autonomia até fins de 2013. Em agosto deste ano, o prefeito foi à comunidade e se comprometeu a não mais remover a favela, como estava previsto no Projeto Morar Carioca⁹⁴ Tabajaras. A Prefeitura inicia a retirada dos entulhos das demolições que havia realizado e

começa um processo de discussão sobre a necessidade de algumas remoções apontadas como área de risco, discussão que significou diversos encontros entre o coletivo de moradores e apoiadores com secretários municipais e técnicos da Prefeitura, até o reconhecimento de que não haveria necessidade de remoção alguma, já que pequenas obras resolveriam as questões de instabilidade do terreno. A partir de fevereiro de 2014, a Prefeitura voltou a ignorar os moradores, desmarcando todas as reuniões para a continuidade da discussão do projeto de reconstrução da Estradinha. Os moradores se organizaram então para discutir um plano de reocupação das áreas vazias decorrentes dos entulhos retirados das demolições, pelos que estavam na resistência desde 2009, e para provocar a Prefeitura a se comprometer com as obras de contenção que a própria GeoRio reconhecia serem necessárias. Em julho de 2014, forçaram a SMH a recebê-los e entregaram uma planta com o estudo de massas da reocupação proposta e um documento com suas reivindicações.⁹⁵ O secretário de Habitação prometeu fazer as obras de estabilização das encostas, mas não cumpriu a promessa. Em 2015, novamente, a partir da Associação de Moradores Tabajaras Botafogo (Reinaldo e Irmã Fátima) através da articulação União Comunitária, foi arrancada a promessa do prefeito de, finalmente, fazer obras da GeoRio na Estradinha, compromisso mais uma vez não cumprido, o que levou os moradores, em 2016, a entrarem com uma ação civil pública (ACP) para que o executivo municipal executasse as obras de engenharia e geotecnia em todas as áreas sujeitas a escorregamentos e deslizamentos no trecho compreendido pela Comunidade Estradinha, conforme delimitado em laudo técnico produzido pela GeoRio. Hoje, os moradores que resistiram permanecem em suas casas e as áreas vazias das casas demolidas já foram ocupadas com novas construções e novos moradores.

Vila Autódromo⁹⁶

Por sua localização, vizinha do Parque Olímpico na Barra da Tijuca, sem dúvida, a Vila Autódromo tem a experiência de resistência de moradores contra a remoção mais contada em textos e audiovisuais e mais conhecida na mídia e redes sociais. A partir de 2014, com a crise econômica instalada no país e os recursos ficando escassos, a Prefeitura concentrou investimentos em obras relacionadas aos negócios olímpicos e reuniu todos os esforços para remover a Vila Autódromo. Sua história de resistência é muito antiga: a ocupação de seu território iniciou em 1985, e seus moradores estavam apoiados por instrumentos jurídico-urbanísticos, entre os quais, os Termos Administrativos de Concessão de Uso concedido pelo Iterj em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 1990, e a

declaração como Área de Especial Interesse Social, por Lei Complementar n. 74/2005. Entretanto, esta mesma lei fazia as alterações, pré-Jogos Panamericanos, de parâmetros urbanísticos e edifícios da região de entorno do antigo Autódromo, elevando substancialmente o potencial construtivo e o valor da terra naquela área. Isso explica muito o fato de, a partir de 2009, utilizando como pretexto a realização das Olimpíadas, os interesses do Estado e do mercado terem convergido para a remoção da comunidade.⁹⁷ Como consequência das notícias de que a Prefeitura pretendia remover a comunidade, em fevereiro de 2010, os moradores fazem manifestação em frente à Prefeitura e uma comissão é recebida pelo prefeito. Em maio de 2010, defensores do Nuth enviam notificação ao COI, denunciando a intenção da prefeitura de remover a comunidade. Em outubro de 2011, em reunião do Conselho Popular, como estratégia de luta, surge a proposta de se fazer um projeto urbanístico alternativo, encaminhamento que orientou a organização dos moradores até o fim. Com a orientação técnica do Etern Ippur/UFRJ e do Nephu/UFF, em fevereiro de 2011, começava a elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, plano que, em sua primeira versão, foi entregue formalmente ao prefeito em agosto de 2012.⁹⁸ O prefeito disse que iria analisar e nunca deu resposta. Os moradores se fortaleceram muito e conseguiram organizar, com apoios diversos, várias campanhas, manifestos e eventos, enquanto suportavam inúmeros constrangimentos e ameaças. Em agosto de 2013, o prefeito, se dizendo arrependido, pede a mediação da Pastoral de Favelas e tem encontro com lideranças da comunidade. Desde então, como ocorreu com a Estradinha e Providência, começaram negociações, em torno do projeto de urbanização da comunidade, entre secretários e técnicos da Prefeitura e moradores e seu apoio técnico. Também nessa oportunidade, reiniciam as ofertas tentadoras que pressionam moradores a negociarem suas casas, contando, nesse caso, com o apoio do próprio defensor público geral. A aliança entre prefeito e defensor geral foi desastrosa, de uma forma geral, mas no caso da Vila Autódromo deixou consequências que marcaram definitivamente a relação entre seus moradores, apesar de, a partir de 2015, a DPERJ ter mudado completamente a forma de atendimento e de relacionamento com a população. Até 2016, a estratégia da Prefeitura de criar desavenças e rompimentos entre moradores “que queriam ficar e os que queriam sair” teve como resultado uma comunidade que foi sendo obrigada a negociar individualmente, e suas casas, derrubadas uma a uma. Pouquíssimas famílias sobreviveram a esse terrorismo e restaram: uma única casa não demolida, de um morador que conseguiu, por ação individual na Justiça, mantê-la de pé; o prédio da igreja católica e, outras 20 casas, construídas em padrão

popular, ao longo de uma rua chamada Vila Autódromo, onde vivem 20 famílias que tiveram suas moradias destruídas.

Providência e Pedra Lisa⁹⁹

As obras do “Porto Maravilha” atraíram o interesse de movimentos sociais e acadêmicos desde que foram anunciadas em 2009. Dessa forma, quando começam as obras do projeto Morar Carioca nessas favelas, em janeiro de 2011, o Fórum Comunitário do Porto (FCP), que acompanhava o processo de reestruturação urbanística da Zona Portuária, foi de extrema importância como respaldo político aos moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa que resistiram à remoção.¹⁰⁰ As casas a serem removidas começaram a ser marcadas pela SMH em fevereiro e, como a Associação de Moradores era favorável ao projeto de urbanização do Morar Carioca, os que não aceitavam sair se articularam ao FCP e organizaram uma comissão de moradores. Assim, chegaram ao Nuth e a outros apoiadores.¹⁰¹

Em novembro de 2012, sai decisão liminar da Justiça que suspende as obras até que a Prefeitura discutisse, com a participação dos moradores, em audiência pública, um projeto de urbanização para o local. A Prefeitura entra com diversos recursos para derrubar a liminar, sem sucesso. Em outubro de 2013, o prefeito convoca os moradores para uma reunião, com a presença da Defensoria Pública e apoiadores, e apresenta o que seriam as novas orientações com relação ao Programa Morar Carioca: afirma que não seriam mais removidas casas por conta do projeto de urbanização e, com relação às remoções previstas em função da pretensa situação de risco geotécnico, a GeoRio teria feito uma revisão de seu diagnóstico original, com redução da previsão de remoção para “apenas” 70 casas. Tais orientações foram transmitidas de forma bastante genérica e superficial, com o compromisso de entregar a documentação pertinente à Defensoria Pública para que esta repassasse aos moradores. Apenas o novo laudo da GeoRio foi entregue alguns dias após.¹⁰² No que se refere ao projeto de urbanização, somente em janeiro de 2014, o Nuth (coordenador Angeli) tomou a iniciativa de convocar uma reunião com a Comissão de Moradores, quando se soube que, na verdade, os documentos alardeados pelo prefeito constavam apenas de algumas pranchas, de caráter meramente decorativo, relativas ao plano inclinado. No primeiro semestre de 2014, a relação entre moradores e defensores fica insustentável, por conta de tentativas da Prefeitura, através da Procuradoria Geral do Município (PGM), em aliança com o coordenador do Nuth e defensor geral, de dar continuidade às obras do Morar Carioca Providência/Pedra Lisa. No

início de abril, foi viabilizada pela Comissão de moradores, articulada às defensoras Maria Lúcia e Adriana e ao CT, uma análise técnica do acordo firmado entre o coordenador do nuth/dpge-rj e a PGM, acordo que não protegia o direito dos moradores. Daí resultou um parecer, assinado por 15 profissionais de áreas diversas, que foi levado ao MP para ser considerado em audiência na Justiça. 2015 foi um ano de fechamento das expectativas em relação ao projeto Porto do Rio e, quase nada aconteceu no que se refere aos movimentos de resistência da Comissão de Moradores, mesmo com o processo de discussão de moradia social capitaneado pelo governo federal através da CDURP. Apesar de considerar que se tratava apenas de uma formalidade para liberar recursos federais, a comissão de moradores chegou a participar de algumas reuniões. Segue significativa passagem da entrevista com Roberto Marinho, integrante da Comissão de Moradores, a respeito do processo de resistência:

MFTC: Valeu a pena ter se organizado para resistir às remoções?

RM: Fátima, essa é uma pergunta de resposta um pouco óbvia depois que tudo aconteceu. Sim, valeu! Mas a resposta que esclarece melhor a questão e seus desdobramentos é, sabemos das dificuldades que as favelas e morros têm com relação à atuação organizacional de seus moradores. Essa é uma questão que muitas vezes é utilizada pelo poder público para fragilizar qualquer sombra de resistência. Essa luta foi um exemplo atípico dessa atuação. A necessidade nos fez buscar, mesmo que não tivéssemos noção nenhuma de como seria. Mas Deus, de uma forma bem direta, uniu muita gente boa, cheia de talento e vontade, mesmo que houvesse interesses diferentes uns dos outros em parte ou em sua totalidade. E a partir daí fomos tomando consciência dos direitos e posicionamentos que tínhamos que fazer valer e repassar isso para os outros moradores de uma forma bem simples e objetiva, ou seja, sem rodeios e ou vícios acadêmicos. Mas, ao mesmo tempo que íamos aprendendo como era importante a organização na luta, íamos também percebendo as influências e direcionamentos de terceiros, que nos levavam de um lado para o outro, fazendo-nos sair da rota do alvo, protelando ainda mais a luta. Entretanto, depois de tudo já encaminhado, com a obra parada definitivamente e o projeto abandonado e finalizado de vez, tiramos uma lição para nós, a maneira como nos posicionamos na luta nos ensinou o valor da organização coletiva para a vida. Em qualquer situação que precisamos atuar e em que haja muitas pessoas, nós temos a experiência e a vivência dessa luta contra a remoção.

Indiana¹⁰³

Indiana sofria ameaças de remoção desde 2009,¹⁰⁴ mas foi a partir de julho de 2012 que moradores se organizaram em Comissão e buscaram apoio do Nuth para permanecerem em sua moradia. Assim como na Providência e Pedra Lisa, não havia resistência às intervenções anunciadas pela Prefeitura, por parte da Associação de Moradores. A história da resistência dos moradores da Indiana encontra-se relatada no texto da defensora Maria

Lúcia.¹⁰⁵ Em dezembro de 2012, por decisão liminar, a Justiça suspende as demolições e manda a Prefeitura retirar os entulhos e realizar audiência pública para discutir um projeto de urbanização com os moradores. Indiana também foi visitada pelo prefeito, que se dizia arrependido, em 2013, e contou com o apoio, por solicitação do Nuth, de equipe de professores da FAU/UFRJ, desde 2014, para tratar de questões técnicas ligadas às demolições que a Prefeitura insistia em continuar. A Comissão de Moradores manteve, como estratégia de luta para permanecer, a busca da comprovação de que a urbanização daquela ocupação seria possível. Hoje, os moradores que quiseram sair, foram para o conjunto do MCMV, em Triagem, e os outros permanecem em suas casas. Até hoje, a discussão sobre um projeto de urbanização para Indiana movimentava as reuniões da comissão atual, com a assessoria de professores e alunos da FAU/UFRJ. Maria do Socorro, atual presidente da Associação de Moradores, foi uma das principais lideranças da Comissão de Moradores de Indiana, à época da resistência, e respondeu à mesma pergunta feita ao Roberto da Providência, de forma sucinta: “Valeu a pena resistir, pois com a resistência não saí da comunidade e a Indiana não acabou.”

Considerações finais

No campo político-intelectual, em continuidade aos trabalhos desenvolvidos para o Doutorado, esta pesquisa faz parte de um esforço por descobrir e reconhecer a realidade social dessa atividade humana empobrecida – relações sociais na sociedade burguesa, no sentido de contribuir com o debate acerca dos processos que envolvem a ação e a construção de identidades coletivas que buscam formas de organização social autoconscientes e formas de percepção da realidade que possam levar à construção de uma sociedade emancipada, sem alimentar discursos proféticos, como de parte do marxismo tradicional, que trata todo movimento e toda luta social como um movimento histórico em processo, em que as classes sociais se encaminham inevitavelmente para um desenlace em suas tensões.

Este trabalho também pretende incentivar reflexões a respeito de algumas ilusões sobre o planejamento urbano, sobre o caráter transformador da reforma urbana¹⁰⁶ e sobre a crença na discussão de um projeto de urbanização como instrumento político de mobilização e de organização da luta por terra e moradia. Neste sentido, a partir dos estudos para esta pesquisa e das experiências como integrante de um Coletivo Técnico de apoio a moradores de

favelas que resistem ao processo de remoções de favelas no Rio de Janeiro, fazemos algumas considerações.

Historicamente, à realidade daqueles que se recusam a aceitar sua marginalidade, se impõem limites aos horizontes emancipatórios, com consequências devastadoras para as massas de sem-propriedade urbanos. No período de que trata esta pesquisa, esse fenômeno se explicita nas políticas de segurança pública de controle e limpeza social, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), aliadas às políticas governamentais que priorizam obras que transferem recursos públicos para o capital ligado à indústria da construção civil e à indústria de construção pesada.

Nosso recorte temporal começa em 2009, ano que marca a atuação concertada do governo federal com governos estaduais e municipais, com o objetivo de promover uma política de remoções de comunidades pobres e abrir espaço para a valorização do capital imobiliário. Mas há dois marcos temporais anteriores que ensaiaram a chegada de 2009: o ano de 2005, quando ocorre o retorno do discurso governamental da remoção; e o ano de 2007, com o PAC favelas, que retoma a prática de remoções com recursos do governo federal. Nesse contexto de acirramento do retrocesso político contra a população residente em favelas, entre 2006 e 2008, como tratado na primeira parte deste relatório, é que nasce a experiência do Conselho Popular, tornada uma referência para a organização e mobilização dessa população, pelas mediações construídas por necessidade dos processos de resistência. Até 2011, esta experiência conseguiu resistir ao conjunto de instrumentos políticos e repressivos dirigido às instituições que estruturavam o funcionamento do arranjo comunitário-institucional do Conselho Popular. Com a estratégia de dismantelar a estrutura institucional que dava suporte ao CP, a Prefeitura minava o trabalho coletivo de resistência contra as remoções, apostando no isolamento da luta de cada favela.

A cidade grande, como lugar onde se desenvolvem todos os capitais e todos os trabalhos, atrai a massa de pobres rejeitados do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços.¹⁰⁷ Para as favelas que abrigam essa população, obras de urbanização sempre são realizadas como moedas de troca, e se, por acaso, tais obras, anunciadas como “melhorias”, não são bem recebidas pela população, a primeira estratégia do Estado é ameaçar com a retirada dos recursos a serem investidos na comunidade. Dessa forma, provoca rupturas e conflitos entre moradores, já que a alternativa nunca será discutir, com aquela população, uma melhoria que atenda às suas necessidades. Quando “cria” a possibilidade de “planejar” com os moradores, por necessidade política e/ou por obrigação da

Justiça, como ocorreu em 2013 com as favelas em questão, o Estado sempre aproveita a oportunidade para, através de seu corpo “técnico”, “ganhar” a confiança dos moradores e impor o projeto que atende à acumulação de capital.

Diante da realidade concreta da experiência sensível das massas de pobres urbanos, e, neste caso, da população que habita as favelas das cidades brasileiras, em especial, da cidade do Rio de Janeiro, uma “saída” que se apresenta no enfrentamento da violência dos repetidos processos de remoção de suas moradias é buscar uma compensação financeira, negociando seu imóvel ou, como ocorreu na experiência recente, buscar sua inserção no mundo da formamercadoria ao tornar-se proprietário de uma unidade habitacional mínima do Minha Casa Minha Vida. Ainda que haja posições contrárias de importantes lideranças, como a de Lopes (Lurdinha do MNLM):

Então, a casa na favela que antes, se ele quisesse vender, seria uns R\$ 50 mil, hoje foi para R\$200 mil. Isso, na cabeça do pobre (e falo isso porque sou pobre), que deixou de cuidar dos dentes porque não tinha dinheiro, que deixou de fazer os exames dos filhos, a cirurgia da filha porque não tinha dinheiro, que deixou de fazer uma faculdade... quando vem a cifra falada, ele enlouquece. Ele pensa: eu vou vender, porque vou resolver todos os meus problemas e ainda vou morar num pedacinho de puxadinho lá na zona oeste, no Minha Casa Minha Vida. É essa ilusão que se planta na cabeça das pessoas, que plantou no Santa Marta, no Cantagalo.¹⁰⁸

No mundo da mercadoria, a prática de o poder público incentivar os moradores a comercializarem seus imóveis é antiga. Como relata Gonçalves, havia também nos anos 1960, período em que se constituiu um “*corpus* jurídico”, “com vistas a operacionalizar as medidas remocionistas”. Segundo o autor, da instauração da política de erradicação das favelas do Rio de Janeiro, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), decorreram certas atividades imobiliárias estimuladas pelos próprios funcionários públicos:

As diferentes relações sociais que se estabeleceram quando das operações de remoção, marcadas por uma multiplicidade de arranjos, concessões e negociações, constituem, na verdade, um exemplo significativo da prática do “jeitinho brasileiro”, que revela um aspecto importante da estrutura social do país.¹⁰⁹

No atual contexto social brasileiro, ainda pesa bastante a “legitimação da desigualdade de oportunidades”¹¹⁰ de que fala Adalberto Cardoso. Segundo o autor, “depois de décadas de confronto diário com a má qualidade dos serviços públicos básicos”, principalmente entre os mais pobres, já se consolidou o julgamento de que não há o que se esperar do serviço público e de que qualidade é sinônimo de mercado: “É viver o sonho da vida coletiva mercantilizada. Se vierem serviços públicos melhores no futuro, bem, que venham.”¹¹¹ Nessa perspectiva, assim como aspiram ter um plano de saúde, porque não esperam um bom atendimento do Sistema Público de Saúde, é perfeitamente racional a opção de muitos que aspiram ter uma

casa própria, aproveitar a oportunidade do despejo para negociar o imóvel que ocupam. Até mesmo porque, na objetividade de sua experiência sensível, não há expectativas de que as obras de urbanização sejam realizadas algum dia, pois a condição para que chegue a urbanização tem sido sempre o despejo dos moradores.

A sociedade brasileira se estruturou pela lógica do sistema mundo constituído e em constituição e pela articulação de relações sociais fundadas em relações econômicas atreladas à produção de valor e à forma mercadoria. Na sociedade capitalista, homens e mulheres livres são potencialmente pobres porque, expropriados das condições de sua própria reprodução, para que possam produzir os meios de subsistência que atendam suas necessidades da vida, o capitalista precisa utilizar seu trabalho excedente. De outra forma, o trabalhador não pode executar seu trabalho necessário e só consegue meios de subsistência vivendo da caridade alheia, pelos restos que lhe sobram como esmola. “No conceito de *trabalhador livre* já está implícito que ele é *pobre*” e, “de acordo com suas condições econômicas, *ele é simples capacidade de trabalho viva*.”¹¹²

Neste tempo em que não há mais trabalho e o capitalismo já não deixa mais ilusões quanto a sua lógica predadora, a dimensão política seria fundamental para a definição de horizontes futuros da humanidade, diferentes da duração perpétua desse presente horroroso. A organização de uma esquerda anticapitalista se faz cada vez mais necessária, uma vez que os partidos, como forma, mesmo os de esquerda, são parte da sociedade da mercadoria e parecem incorporados ao horizonte perpétuo do capitalismo. Mas não há movimento que favoreça a formação de uma esquerda social¹¹³ que faça a mediação crítica do significado e das consequências para o país, periférico que é, desta crise estrutural do capitalismo que já atinge os países centrais de uma forma sem precedentes.

Nesse sentido, as quatro experiências aqui apresentadas devem ser analisadas em suas práticas coletivas e modos de sociabilidade que deram suporte à resistência por tantos anos submetida a fortíssima repressão. Em meio a dezenas de tantas outras favelas em processo de remoção, são pujantes exemplos de sobrevivência pela teimosia, pois conseguiram não sucumbir ao isolamento imposto pelo Estado/Mercado e encontraram formas de coletivizar sua luta até que “desistissem” das intervenções urbanísticas em seu território. Como fala M. Menegat, “são essas experiências que sobrevivem teimosamente que podem servir de alicerce para se pensar esses novos critérios de uma crítica da cidade que possa propor outros modos de reprodução da vida humana em sociedade”.¹¹⁴

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, ano 111, n. 4, jan./jun. 1998.

ALBERNAZ Maria Paula. Coordenadora. Relatório ao Programa de Apoio à Extensão Universitária (ano 2015) do projeto “**Trocando saberes: capacitação dialógica entre alunos e moradores para melhoria de habitações nos assentamentos irregulares**”. FAU UFRJ. 25/03/2016.

ARANTES, Pedro Fiori. **Dilma e a gratidão dos construtores**. Correio da Cidadania, São Paulo, set. 2009. Disponível em: <https://outrapolitica.wordpress.com/2009/09/05/dilma-e-a-gratidao-dos-construtores>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BOTELHO, Maurílio Lima. **Ascensão e queda da cidade olímpica. Especulação, endividamento e crise no Rio de Janeiro**. *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 6, n.10, 2017. p.49. Disponível em: <http://www.tiagomarino.com/continentes/index.php/continentes/article/view/120/113>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CAMPOS, Maurício. Notas para uma avaliação do Coletivo Técnico. Rio de Janeiro. 2012

COLETIVO Técnico. **Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa** nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades. Disponível em: https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf.

COSTA, M. F. T. **Ideologia e utopia no ocaso da reforma urbana no Brasil**. Tese de Doutorado. PPGPS/ UERJ. 2012.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo. Boitempo. 2006.

FALHAUBER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FÓRUM de Juventudes do Rio de Janeiro. **Relatório final do projeto de militarização das favelas: impactos na vida dos jovens negros e negras**. 2016.

FÓRUM Comunitário do Porto. **Relatório de violações de direitos e reivindicações**. 24 de maio de 2011. Disponível em: <https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>.

GOMES, M. F. C; FERNANDES, L. L. Organizadoras. **O Morro da Providência e a Pedra Lisa na reestruturação da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES. Scheilla Nunes. **As mulheres dos escombros**. Projeto de tese de qualificação para Doutorado. ESS/UFRJ. Junho, 2017.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/david-harvey-o-trabalho-o-capital-e-harvey-david-o-conflito-de-classes-em-torno-do-ambiente-construc3addo-nas-sociedades-capitalistas-avanc3a7adas.pdf>.

MAGALHÃES, Alexandre. A atuação do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro na trama movimentalista contra as remoções de favelas. In: **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro. (2007-2011)**. Mendes e Cocco. 1. ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2016. pp.209-220.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico. Séculos XV e XVI. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 25, n. 41, p.151-175, jan/jun 2009.

MARX, Karl. (1818-1883). **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MEDEIROS, Mariana G. P. **Megaeventos e direito à moradia: como opera o empreendedorismo urbano no contexto do neodesenvolvimentismo**. O caso do Parque Olímpico no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Direito da Cidade. UERJ. 2014.

MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe. Organização. **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro. (2007-2011)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

MENDES. Alexandre F. O debate em torno do risco, da moradia e das remoções em um ano de tragédias. In: **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro. (2007-2011)**. Mendes e Cocco. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016. pp.181-207.

_____. O Núcleo de Terras e Habitação no enfrentamento de um novo ciclo de remoções no Rio de Janeiro: o ano de 2009. In: **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro. (2007-2011)**. Mendes e Cocco. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016. pp.147-165.

MENEGAT, Elizete. **Limites do Ocidente: um roteiro para o estudo da crise de formas e conteúdos urbanos**. Tese de Doutorado. Ippur/UFRJ, 2003.

MENEGAT, Marildo. **Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda pode enfrentar esta questão? Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. vol 18, n. 1. UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Trevas da cidade. Posfácio. In: **O Morro da Providência e a Pedra Lisa na reestruturação da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. Gomes M. F. C. M; Fernandes L. L. (Organizadoras). Rio de Janeiro: Letra Capital. 2016.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina; TEIXEIRA, César P; NERI, Natasha Elbas. **Quando a polícia mata: homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001 e 2011)**. Rio de Janeiro: NECVU Booklink, 2013.

NOVAIS, Fernando A. Passagens para o Novo Mundo. In: **Aproximações: Estudos de História e Historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. pp.183-194.

OLIVEIRA, Francisco M. C. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PONTES, Maria Lúcia. Comunidade Indiana: resistência e coragem na luta contra a remoção. In: **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)**. Mendes; Cocco. Rio de Janeiro: Revan, 2016. pp.269-275.

_____. Canal do Anil: uma experiência insurgente com Miguel Lancelotti Baldez. In: **Pelos caminhos da Justiça e solidariedade – estudos em homenagem a Miguel Lancelotti Baldez**. No prelo.

PONTES, Maria L.; MENDES, Alexandre. O caso do Canal do Anil e sua importância na reestruturação do Núcleo de Terras e Habitação: um novo começo. In: **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro. (2007-2011)**. Mendes; Cocco. Rio de Janeiro: Revan, 2016. pp. 133-146

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. 2008.

SANTOS, Carolina Câmara. **A raça do gênero? As guerreiras da Estradinha e a luta pelo direito à moradia adequada**. TCC Direito PUC RJ. Julho 2013.

SCHOLZ, Roswitha. O ódio às mulheres está novamente a aumentar. Entrevista. *Revista Konkret*. mar 2017. Disponível em; http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz26.htm. Acesso em: 13 mai. 2017.

SILVA, Lúcia. **Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro 1778/1878: estado, administração e práticas de poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

Anexo I

Síntese atuação do Nuth/ DPGE RJ que levou à suspensão das remoções			
Favela	ANO	ACP interposta pela DPGERJ em face do Município	Decisão
Providência e Pedra Lisa (Comissão de Moradores)	08/2011 Decisão 22/08/2011 - 1ª instância	(Processo N.º 0115786-70.2012.8.19.0001)	28/11/2012. Decisão liminar em segunda instância determina "a suspensão da execução do Projeto Morar Carioca

	28/11/2012 – 2ª instância Decisão confirmada em agosto de 2013		no Morro da Providência, devendo a parte ré providenciar a realização de audiência pública, nos moldes legais e, se necessária, a readequação do projeto original aos reclamos da população interessada” e “a criação de mecanismos de amplo acesso a informação à comunidade acerca do andamento da obra”	
Estradinha (Associação Moradores Tabajaras Botafogo)	Início 05/08/2010 Decisão 10/08/2010	Processo nº 0251060-74.2010.8.19.0001	Decisão liminar concede a suspensão das demolições e obriga a retirada dos entulhos acumulados pelas demolições já realizadas.	
Vila Autódromo (Associação Moradores Vila autódromo)	Início Nuth em 20/10/1993 petição para assistir moradores contra o município (ACP 93.001.078414-7 de 26/8/1993) 15/10/2012 ACP	Janeiro/2012 ACI Ação Cautelar Inominada. processo n.º 0013864-83.2012.8.19.0001 busca a suspensão do processo licitatório de Concorrência Pública relativo à área enquanto não esclarecido o destino da Comunidade Vila Autódromo ACP – que o Município do Rio de Janeiro se abstenha de remover os moradores da Comunidade Vila Autódromo e de demolir suas residências	ACI jan 2012 - deferindo a liminar para: (i) suspender a licitação municipal; (ii) determinar sejam prestados os esclarecimentos devidos.	
Indiana (Comissão de Moradores)	Início: 10/2012 Decisão: 10/12/2012	Processo nº 0402292-65.2012.8.19.0001	Por flagrante violação do MRJ (...), suspensão da intervenção pública (...). Devendo realizar audiência pública na comunidade para discussão de projeto urbano de melhoria (...) e providenciar a retirada dos entulhos e promover os atos necessários para dar condições de segurança aos imóveis já desocupados.	

Notas

¹Menegat, M., 2016.

² Segundo Davis, de acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), a população urbana de sem-propriedades, é acrescida, por ano, de 25 milhões de pessoas (Davis. p. 201, destaques no original).

³ Ibid., p. 200.

⁴ Como foi o Movimento da União Popular (MUP), que reunia moradores de favelas da região do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena. Surge em 2002 com uma questão bastante definida de interesse que era a questão de entender o chamado PEU de Vargens, para garantir a permanência em suas terras, pelo menos no papel. Maurício G. Braga. (Favela Coroadó) Entrevista para a pesquisa História Oral da Reforma Urbana, em 09/06/2011.

⁵ A administração pública municipal, por exemplo, é refém de um modelo de gestão urbana orientado para projetos pontuais, que privilegiam investimentos concentrados, voltados para os interesses especulativos imobiliários, e ignoram a legislação vigente que garante o direito à terra e à moradia da população que vive de forma precária na cidade.

⁶ Essa passagem do autor é uma crítica à ênfase dada pela vertente conservadora da historiografia ao processo de Independência do Brasil. Prado Júnior, por exemplo, trata as transformações sociais e políticas do início do século XIX, decorrentes da transferência da corte portuguesa para o Brasil, como parte da linha de desenvolvimento que caracteriza um quadro “evolutivo” brasileiro, provocadas por circunstâncias de caráter internacional, que levariam ao rompimento de laços que ligavam o Brasil à metrópole e à “paulatina transformação do regime, de colônia em nação”. Já Novais trata a Independência do Brasil como um longo processo de ruptura: da desagregação do Sistema Colonial à montagem do Estado nacional (Novais, 2005, p.184).

⁷ Ibid., p.186

⁸ Oliveira, 2008, p.127

⁹ Não é o “direito à cidade” que os mobiliza, mas a necessidade concreta e mais imediata de permanecerem em seu lugar. Na Providência e Estradinha, alguns moradores mais antigos têm a percepção de que sua moradia não corre risco de cair ou de alagar, como no caso da Indiana.

¹⁰ Pesquisa feita pelo Data Favela em 2015 revelou que, no país, aproximadamente 84% dos residentes de comunidades concordam que “quem mora na favela sofre preconceito” e 59% “temem a violência por parte da polícia”. No Rio de Janeiro, esse percentual sobe para 65%, sendo que 75% dos moradores de favelas já ouviram falar de “assassinato de gente trabalhadora no bairro onde moram” (Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/violencia-policia-65-de-moradores-de-favelas-do-rio-temem-diz-estudo.html>; [Milícia vende morro do Jordão por R\\$3 milhões. Área teria sido negociada para traficantes do Comando Vermelho.](http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-08-26/milicia-vende-morro-do-jordao-por-r-3-milhoes.html) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-08-26/milicia-vende-morro-do-jordao-por-r-3-milhoes.html>; [Moradores da Cidade de Deus se revoltam contra o pé na porta da polícia. Ordem de busca coletiva que permitiu a entrada de policiais nas casas dos moradores provoca protesto na favela.](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/26/politica/1480115006_705618.html) http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/26/politica/1480115006_705618.html; Pesquisa da Anistia Internacional mostra que maioria dos autos de resistência é contra homens negros e fica sem solução.

<http://extra.globo.com/casos-de-policia/pesquisa-da-anistia-internacional-mostra-que-maioria-dos-autos-de-resistencia-contra-homens-negros-fica-sem-solucao-17060150.html>.

¹¹ O auto de resistência é lavrado quando um suspeito é morto pela polícia durante ocorrência. Segundo o **Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU)**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Estado matou 8.059 jovens negros em 10 anos (2007-2017).

¹² Misse; Grillo; Teixeira; Neri, 2013, p.70

¹³ “A culpabilidade antecipada” da vítima da favela propicia que os inquéritos de autos de resistência e os processos judiciais decorrentes tornem-se “procedimentos que investigam e julgam, antes de mais nada, os mortos e não as mortes cometidas pelos policiais” (Ibidem, p.168).

¹⁴ Ibidem, p.171

¹⁵ Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, 2016, p.6

¹⁶ Teve uma atuação marcante na resistência contra a remoção das Favelas do Alto da Boa Vista e do Canal do Anil (2007) e, em 2010, como relatado em Mendes e Cocco (2016).

¹⁷ **O Favela Não se Cala** (2012-2014) surgiu em 2012 e esteve presente nas manifestações de Junho de 2013 (Cadê o Amarildo, Não era só pelos 20 centavos...). O discurso da principal liderança sempre articulava a luta contra as remoções e a denúncia da violência policial nas favelas. O Movimento perdeu força e se desmobilizou a partir de 2014, principalmente com o acirramento da perseguição política aos militantes, durante e após a Copa do Mundo.

¹⁸ Na Indiana, 107 dos 610 moradores quiseram sair; na Estradinha, saíram 2/3; na Vila Autódromo, restaram 20 famílias; na Providência e Pedra Lisa, foram menos, mas houve racha entre os que se sentiam prejudicados com a paralisação das obras: “Muitas choraram, (...). E a maioria das crianças aí que as casas tão marcadas e até as que não tão porque vão perder os colegas, a convivência, todo mundo, ninguém praticamente, a não ser uns e outros que não têm identificação com o morro que estão doidos pra pegar, acham que vão ganhar um milhão de dólares pela casa deles, aderiram a essa coisa aí, mas a grande maioria não.” (Morador do Morro da Providência, Ladeira do Barroso, in Fórum Comunitário do Porto, mai. 2011, p.29).

¹⁹ Como conta Maria do Socorro, da comissão de moradores da favela Indiana, “A Associação de Moradores está vendida. Ela só representa quem quer ir embora”. O presidente e o vice da associação de moradores negociaram suas casas e foram indenizados. (Falhauber, Azevedo, 2015, p.111).

²⁰ Na Vila Autódromo havia a Ampava, com Altair Guimarães de presidente e Jane Nascimento como sua vice, além de outras tantas mulheres, como Inalva, Natália, Sandra e Penha, que se destacaram no processo; na Estradinha, havia o Reinaldo Reis, presidente da Associação de Moradores da Tabajaras Botafogo, e Maria de Fátima Amorim (Irmã Fátima), sua vice, que trabalhava com suporte de uma rede de mulheres (Alzira, Benedita, Carminha, Dilma, Fátima, Lurdes, Maria de Lurdes, dentre outras); na Indiana, Maria do Socorro foi o nome que mais se destacou na liderança da Comissão; na Providência e Pedra Lisa, na Comissão de Moradores, havia Alessandra, Márcia etc.

²¹ O tema é tratado em SANTOS, 2013.

²² Scholz, 2017.

²³ Gonçalves, 2017

²⁴ Antonio Augusto, ex-coordenador de planejamento e projeto da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) quando Jorge Bittar era secretário. Entrevista feita em 2015, juntamente com a Professora Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, no âmbito do Núcleo de Pesquisa Faci-ESS/UFRJ.

²⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/especialistas-afirmam-que-plano-estrategico-para-2016-ambicioso-4674996>.

²⁶ Panfleto do FNESC, que circulou em setembro /2013 diz: “Depois de repetidas manifestações e passeatas das favelas contra as remoções, de que temos participado ativamente, o Sr. Prefeito decide agir para abafar o grito das ruas. Visita as favelas que resistem prometendo respeitar o direito à permanência, depois envia seus funcionários que, apresentando razões técnicas, recomeçam a ameaça da remoção.”

²⁷ Azevedo, Falhauber, 2015, p.36. Para contradizer a fama de responsável por tantos despejos, a Prefeitura criou um site: <https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura/explicando-desapropria%C3%A7%C3%A3o-reassentamento-remo%C3%A7%C3%A3o-f5c86fe100e1#tde4i2xjg>.

²⁸ Medeiros, 2014.

²⁹ Olívio Dutra ajudou a criar o ministério e a garantir a realização do primeiro e segundo processos de Conferência das Cidades, uma reivindicação antiga dos movimentos com o objetivo de discutir uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. A 2ª Conferências Nacional das Cidades foi organizada e convocada pelo ministro Olívio Dutra, mas realizado por Márcio Fortes.

³⁰ A partir de fins de setembro de 2005 e com duração de alguns meses, com frequência, em dias seguidos, saíram matérias jornalísticas regulares da série “Illegal. E daí?”. Seguem exemplos: “Vale tudo na Rocinha” - 22/09/2005, p.16; “Desordem sob investigação” - 23/09/2005, p.15; “O espigão da Rocinha” - 28/09/2005, p.16; “Prefeitura viu mas não embargou” - 29/09/2005, p.15.

³¹ Na abertura da Conferência Estadual de 2005, no Estádio Caio Martins, em Niterói, que teve a presença do ministro das Cidades Márcio Fortes, Júlio Lopes, secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio de Janeiro, como autoridade do governo estadual, faz questão de comentar, favoravelmente, o editorial que prega a retomada das remoções como “solução” para as favelas.

³² Gonçalves (2013, p.341) destaca a campanha “Illegal. E daí?” (setembro/2005), como “um marco da retomada do discurso pela remoção das favelas”.

³³ Jornal *O Globo*, 6/10/2006, p.15 - “MP quer remoção em área de risco”.

³⁴ A luta Alto da Boa Vista foi a primeira experiência de intervenção de assessoria técnica voluntária nos moldes do que veio a se tornar o Coletivo Técnico, dessa vez, contato iniciado pelo mandato do vereador Eliomar Coelho, participante do Fórum do Plano Diretor, em fins de 2006, quando o Conselho Popular ainda não havia se formado.

³⁵ E do Coletivo Técnico, que era parte da Câmara Técnica do Conselho.

³⁶ Pontes, Mendes, 2016, p.133

³⁷ “O Conselho Popular do Rio de Janeiro foi criado com o propósito de resgatar a Cidadania do Trabalhador, estimulando a sua participação nas resoluções de interesse desta categoria. O Conselho tem como objetivo lutar pelo Direito a Posse da Terra, pelo Direito a Moradia digna e pelo Saneamento Ambiental, Por Verdadeiro Respeito aos Direitos Humanos. Caberá ao conselho promover e incentivar articulações de apoio às lutas e resistências de interesse coletivo das comunidades. O Conselho Popular é composto por comunidades de baixa renda, áreas remanescentes de quilombos, áreas remanescentes de vilas operárias, favelas, moradores de loteamentos abandonados, ocupações de áreas urbanas e outras demandas referentes ao direito à moradia. - A cidade será dividida em zonas que se organizarão em assembleias com as respectivas coordenações executivas. A assembleia geral de cada zona elegerá dois conselheiros para o Conselho Popular, trazendo fatos, anseios e desejos da comunidade ao conselho no sentido de manter o Conselho inteirado e atualizado com as devidas informações. Conselho Popular se reúne na Pastoral de Favelas, e as deliberações serão tomadas em consenso, ou por maioria de votos de acordo com as demandas. Caberá ao conselho promover e incentivar articulações de apoio às lutas e resistências de interesse coletivo das comunidades. Estimular o reconhecimento da história de cada comunidade como fortalecimento das demandas locais, promover encontros e debates e manter sempre a discussão em torno das questões relativas ao direito a terra, moradia e saneamento ambiental e outros interesses populares referentes ao direito à moradia em solo urbano e sua utilização social.” - Trecho de documento que institui o Conselho Popular. Primeiro trimestre/2007

O conselho popular está aberto e disponível para atuar a favor de qualquer luta do povo oprimido.

³⁸ Esses, desde 2003, com a criação do Ministério das Cidades, estavam vinculados às ações voltadas para o institucional e davam ênfase à agenda regulatória, que encontrou seu caminho nas Conferências das Cidades e Conselhos das Cidades, formas de intermediação entre governo e a sociedade brasileira que melhor traduzem a possibilidade de participação formalmente tolerada. Costa, 2012.

³⁹ Não que fossem de perfil anarquista, ou críticos radicais ao Estado e tivessem como norma a rejeição ao processo de conferências da cidade.

⁴⁰ Destaca-se o Fórum Popular do Plano Diretor, articulação que surgiu, em 1997, com foco na legislação urbanística e participação majoritária de sindicatos e associações de moradores da Zona Sul e que mudou de perfil, principalmente a partir de 2005, quando os sinais de retrocesso político do governo federal “popular” e dos limites da luta por reforma urbana começaram a ficar evidentes.

⁴¹ Botelho, 2017, p.49.

⁴² Um pacote de estímulo à economia (medidas fiscais) e de investimentos nas áreas de energia, logística e “infraestrutura social urbana”, prevendo a aplicação de grande volume de recursos entre 2007-2010. Além de mirar os índices do Produto Interno Bruto (PIB) e a possibilidade de geração de empregos que poderiam lhe assegurar o apoio político necessário para um segundo período de governo tranquilo e, eventualmente, possibilitasse articular uma alternativa para a sucessão, deixando para trás as turbulências da crise política, o pacote tinha como objetivo aglutinar setores do empresariado em torno do

governo, abrindo os cofres públicos e acenando com a possibilidade de ganhos presentes e futuros com a nova ênfase “desenvolvimentista”.

⁴³ Os investimentos em “infraestrutura social urbana” previam a aplicação de R\$ 106,0 bilhões em habitação, com indicadores de atendimento a 4 milhões de famílias com a construção de casas, aquisição de terrenos, reforma de imóveis, compra de material de construção e urbanização de assentamentos precários; R\$ 40,0 bilhões em saneamento, com indicadores de ampliação do número de famílias atendidas pelas redes de água e de esgoto.

⁴⁴ Segundo Antônio Augusto, a SMH esteve prestes a acabar quando, em 2007, veio o PAC das Favelas. A SMH tinha um estoque de projetos feitos para o Favela Bairro e já não contava com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

⁴⁵ Marcos de Faria Azevedo foi conselheiro no ConCidades, de 2004 a 2007, como representante da Federação Nacional de Arquitetos (FNA).

⁴⁶ Azevedo, M.F. Entrevista para o projeto de pesquisa História Oral da Reforma Urbana, 2012.

⁴⁷ Em 2008, moradores da Vila Turismo que tiveram casas marcadas para a remoção iniciaram um processo de mobilização com a população local, incluindo diversas áreas atingidas direta ou indiretamente pelas intervenções urbanísticas do PAC Manguinhos. Buscaram apoio do Nuth e tiveram obras paralisadas. Em julho de 2013 a Prefeitura reaparece e retoma as pressões para o despejo.

⁴⁸ <http://rioonwatch.org.br/?p=9332>. Matéria (jan 2014) denuncia violações em Manguinhos. PAC Manguinhos: o futuro a Deus pertence? <https://www.youtube.com/watch?v=rPHmQgrLcWU>

⁴⁹ Para conhecer a experiência da Favela do Anil, ver Pontes, Mendes, 2016, p.137

⁵⁰ Maria de Lourdes Lopes - depoimento concedido em 2014. In: Falhauber, Azevedo, 2015, pp.83-84.

⁵¹ Processo que começou por Célia Ravera, exonerada da presidência do Iterj em 01/01/2009.

⁵² Coletivo formado por assessores técnicos militantes voluntários de apoio ao movimento popular de luta pela terra e moradia na cidade do Rio de Janeiro, que atuou como parte da Câmara Técnica do Conselho Popular e como apoio ao Nuth/DGPERJ.

⁵³ Estradinha; Indiana; Fogueteiro/Fallet; Júlio Ottoni; Laboriaux; Parque Colúmbia; Prazeres; Vila Piqueri; Metrô-Mangueira; Sambódromo; Largo do Campinho; Restinga; Vila Harmonia; Vila Recreio II; Muzema; Babilônia; Cantagalo/Pavão-Pavãozinho; Morro da Providência/ Pedra Lisa; Canal do Anil; Vila Autódromo; Arroio Pavuna; Vila das Torres; Vila Taboinhas; Horto; Alto da Boa Vista (Campos, 2012). Notas para uma avaliação do Coletivo Técnico

⁵⁴ Arantes, 2009.

⁵⁵ Em outubro de 2009, o Rio de Janeiro foi definido como sede das Olimpíadas de 2016.

⁵⁶ O plano plurianual da Prefeitura em 2009 prevê a redução de 5% da área hoje ocupada por favelas. Esse era o título da matéria de *O Globo*, de 15/09/2009. A meta que consta do plano plurianual do governo municipal corresponde à área de 2,3 milhões de metros quadrados. Para atingir o objetivo de reduzir a área ocupada por favelas, o município anunciava que recorreria a três medidas: a construção de 50.000 casas populares que seriam oferecidas aos moradores de baixa renda; a abertura de novas ruas nas favelas; e a transferência das famílias que hoje moram em áreas de risco.

⁵⁷ Estradinha faz parte da favela Tabajaras e foi incorporada ao Projeto Morar Carioca, do Tabajaras, como área a ser removida.

⁵⁸ Para uma apreensão da importância do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em sua função de assistência jurídica às comunidades pobres da cidade, principalmente, a partir de 2007, junto ao surgimento do Conselho Popular, ler Pontes, Mendes, 2016, pp.133-163

⁵⁹ O Coletivo de assessores técnicos voluntários, militantes sociais, parte e apoio do movimento popular, que se cria no Rio de Janeiro, junto ao Conselho Popular, num longo período de recrudescimento da prática de remoções de favelas por parte do Estado. Seu trabalho contribui e se nutre da organização popular na luta pela terra e por moradia.

⁶⁰ Entrevista realizada na DPERJ em 19/11/2015.

⁶¹ O CT continuou sua assessoria direta às comunidades e, nesses 10 anos (2006-2016), com graus variados de intervenção, o CT atuou em cerca de 25 comunidades (Campos, 2012).

⁶² Como ocorreu na mobilização pelo direito à moradia, em ato do dia 20/06/2014, em Copacabana, abertura da Copa do Mundo.

⁶³ Com a intervenção do defensor público geral no Nuth, tratada anteriormente.

⁶⁴ O Nuth na prática: a ação judicial e suas consequências (Cocco, Mendes, 2016, p.213-219).

⁶⁵ Coletivo Técnico. Parecer Técnico de 27 de julho de 2010.

⁶⁶ A notificação ao COI, enviada pelo Nuth, era uma estratégia de apelar aos princípios de “legado” para as comunidades pobres anunciados pelo COI, e solicitava um posicionamento sobre proposta de remoção da Comunidade Vila Autódromo para definição de um perímetro de segurança para os Jogos Olímpicos de 2016.

⁶⁷ Esse processo permaneceu sob extrema tensão, pela ação violenta da Prefeitura para impor a remoção total da comunidade, até as vésperas das Olimpíadas, em agosto de 2016.

⁶⁸ “Em março de 2010, antes, portanto, do lançamento do Programa Morar Carioca, a SMH divulgou elementos do plano de obras para a favela em seu boletim informativo, chamado ‘Habitação em Foco’. Dentre os elementos de intervenção urbanística está a construção de um teleférico ligando Providência, Morro do Pinto, Morro do Livramento, Morro da Conceição, alcançando a Praça Mauá, plano inclinado localizado na escadaria ao final da Ladeira do Barroso, construção de praça do conhecimento, anfiteatro, restauração das casas, remoção de 800 moradias e reassentamento em unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no entorno da favela, melhorias habitacionais, abertura de vias, entre outras ações. Mesmo com a previsão de remoção de 800 famílias, o projeto foi anunciado sem participação da população. Posteriormente, através de matérias de imprensa, ou divulgações da própria SMH, as informações sofreram alterações, principalmente acerca do número de casas previsto para remoção. (...) Alguns moradores receberam cartas de

convocação para se apresentarem à SMH, mas a grande maioria não possui qualquer informação sobre os destinos de sua moradia e de suas vidas”(Fórum Comunitário do Porto, 2011, p.16).

⁶⁹ Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades (Fórum Comunitário do Porto, 2011).

⁷⁰ Realização de atividades mensais, desde setembro de 2015, junto à Comunidade Indiana, para elaboração do plano de urbanização participativo, incluindo o levantamento de qualidades e problemas, com técnica de colagem de adesivos no local. Preparação de material de apoio (plantas e relatórios de situação física) para a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para o processo jurídico de impedimento da demolição de casas na Comunidade Indiana. Emissão de dois pareceres técnicos de apoio à ação do Núcleo de Terras e Moradia da Defensoria Pública do Rio de Janeiro em resposta a solicitações feitas em auditorias públicas.

⁷¹ Em 2012, Maria Lúcia de Pontes, retornou ao Nuth, como titular, vaga aberta por concurso interno.

⁷² As reuniões do GT Vila Autódromo, antes de 2015, aconteciam fora do Nuth.

⁷³ Mesmo a partir de 2015, “quando a economia brasileira já exibia as dificuldades incontestáveis de uma crise duradoura, o ‘vigor’ da economia na ‘cidade maravilhosa’ não deixou de ser apresentado como uma diferença marcante em relação ao resto do país” (Botelho, 2017, p.37).

⁷⁴ Segundo documento que instituiu o CP: “Integram-se ao Conselho Popular as Câmaras que apoiam os enfrentamentos populares: CÂMARA DE APOIO TÉCNICO-POLÍTICO-; CÂMARA DE APOIO INSTITUCIONAL (Ministério Público Estadual da Área de Direitos Humanos, Defensoria Pública, Itarj, MST - MSTS – MUP – CONCA – FAFERJ-PASTORAL DE FAVELAS - FAMRIO – FPCR – CUT – SARJ – SINDPETRO, Pastoral de Favelas), e a CAMARA DE APOIO PARLAMENTAR que deverá atuar junto às instâncias governamentais de acordo com as necessidades das comunidades através de informações e solicitações do CONSELHO POPULAR, as câmaras apoiam voluntariamente o Conselho Popular, mas sem direito a voto. As deliberações são exclusivamente decididas pelas comunidades nas assembleias locais.” Trecho de documento que institui o Conselho Popular. Primeiro trimestre/2007.

⁷⁵ Pontes, M. L. de, no prelo.

⁷⁶ Pontes, Mendes, 2016, pp.133-146.

⁷⁷ Segundo Mendes (2016, p.189): “Não seria exagero afirmar que estamos no ponto alto de funcionamento do arranjo comunitário-institucional que atuou de forma bem sucedida na comunidade Canal do Anil.”

⁷⁸ Ainda em abril de 2010, mês de chuvas extraordinárias e desabamentos de encostas na zona mais valorizada da cidade, houve uma assembleia que lotou a quadra da favela dos Prazeres, uma das comunidades ameaçadas de remoção. Para conhecer mais sobre o papel articulador do Conselho Popular de 2009 a 2011, ver Mendes, 2016, pp.181-207, e Magalhães, 2016, pp.209-220.

⁷⁹ Cerca de 500 famílias, de Vila Harmonia, Restinga e Vila Recreio, perderam suas casas entre 2010 e 2012, no Recreio dos Bandeirantes, durante as obras da Transoeste.

⁸⁰ Dois textos resumem bem o que significou o desmanche: Carta aberta aos defensores públicos do Rio de Janeiro e Carta aberta dos estagiários demitidos do Núcleo de Terras/RJ (Mendes e Cocco, 2016, pp.301-308).

⁸¹ Setores formalmente comprometidos com a luta pela moradia, de forma ingênua ou não, já estavam participando de tais processos. Nesse contexto, importantes parceiros do CP consideraram inconcebível que a Arquidiocese do Rio de Janeiro e, por tabela, a Pastoral de Favelas, instituição que havia construído seu prestígio, ao associar seu nome às demandas dos setores populares, pudesse estar ao lado da secretaria que vinha cometendo inumeráveis atrocidades contra a população pobre da cidade.

⁸² Com o objetivo de socializar informações e aprendizados de forma a contribuir como estímulo para a mobilização local e das comunidades próximas.

⁸³ Dentre os encaminhamentos da Assembleia realizada na Jornada da Estradinha: “Deflagração da campanha ‘Reconstrução Já’ (ou outro nome a ser definido), com assembleia na comunidade marcada no dia 10 de setembro, sábado, às 18h, na Igreja da Estradinha, com o objetivo de discutir com toda a comunidade quais as principais ações e atividades que farão parte de tal campanha (algumas sugestões: a) Mutirão para retirada de lixo das canaletas, b) controle de focos de dengue, c) caminhada na trilha).”

⁸⁴ Ata da reunião do Conselho Popular, de 11/10/2011, na Vila Autódromo. A pauta dessa reunião, segundo ata redigida pela moradora Inalva Mendes de Brito: “Pauta da reunião: reflexão sobre a reportagem do jornal o Globo do dia 04/10/2011, terça-feira; informes da reunião da Associação de Moradores com a SMH, no dia 6/10/2011; avaliação da Assembleia Extraordinária na Comunidade no dia 09/10/2011; avaliações, propostas e encaminhamentos dos presentes para os próximos passos em defesa da Comunidade.”

⁸⁵ Para conhecer o processo e estratégias de resistência dos moradores da Providência e Pedra Lisa, ler Gomes, Fernandes, 2016, em especial, o capítulo 5, “A justificativa do ‘risco’ para as remoções previstas no Morro da Providência e na Pedra Lisa”, pp.97-117.

⁸⁶ “O plano de urbanização participativo da Comunidade Indiana encontra-se em processo de elaboração, tendo sido já levantados problemas e oportunidades relativos a muitos aspectos, e discutidas propostas de melhorias habitacionais e utilização de espaços coletivos. (...) Como envolve um processo participativo cuidadoso, encontra-se no estágio intermediário de elaboração” (Albernaz, 2016).

⁸⁷ “Reuniram-se no dia três de março do ano dois mil e sete, moradores de várias Comunidades das áreas de Jacarepaguá, Curicica, Vargem Grande, Vargem Pequena, Recreio, Autódromo, Gardênia, Alto da Boa Vista, Horto Florestal e tantas quantas hoje compareceram na Igreja Nossa Senhora da Saúde, na Rua Gal. Olívio Úzeda, nº. 231 Curicica, às 14:00 h. para a Eleição do Conselho Popular.”

⁸⁸ FNSC surgiu em 2012 e teve mais evidência em 2013, ano de ebulição das manifestações de rua. Sua principal liderança conhecia e chegou a participar de reuniões do Conselho Popular.

⁸⁹ O FNSC perde força a partir de 2014, principalmente após o crescimento da perseguição política aos militantes do movimento anti-Copa do Mundo.

⁹⁰ As tabelas foram omitidas neste texto por serem muito extensas.

⁹¹ Para ter acesso às tabelas com mapeamento da resistência da Estradinha, enviar email para a autora: mftardincosta@gmail.com.

⁹² Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pelo direito à Cidade. P.123; Justino, 2016, pp.173-175; Mendes, 2016, pp.190-206; Mendes, 2016, pp.231-220.

⁹³ Em janeiro de 2013 sai matéria de Sheila Jacob: “A [página do programa Morar Carioca](http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=11500&topico=Cidades) informa que já há um diagnóstico consolidado para a região. Ele foi apresentado no final do ano passado pelo escritório LVA, responsável pelo projeto, mas os moradores não foram consultados. ‘A Prefeitura age assim. Eles organizam reuniões para fingir que tem diálogo com a comunidade, mas o que ocorre é um teatro. Eles já chegam com tudo decidido, apenas para mostrar pra gente. Em algumas, impedem até lideranças comunitárias de participar. Que democracia é essa, que o povo não pode opinar?’, questiona a moradora. Apesar do receio, ela se mostra otimista, pois, na sua opinião, esses anos serviram para dar segurança aos moradores e torná-los mais conscientes de seus direitos. Segundo irmã Fátima, com apoio do Coletivo Técnico e da Defensoria Pública, eles continuam firmes na resistência.” Disponível em: http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=11500&topico=Cidades.

⁹⁴ “2.10. LEVANTAMENTO PRELIMINAR DO NÚMERO DE RELOCAÇÕES: Planta com estimativa do número total de famílias a serem relocadas, discriminando se devido a risco, ocupação imprópria, insalubridade ou infraestrutura, distinguindo as unidades a serem relocadas.” Escopo do CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES DE PROJETOS DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS INFORMAIS - MORAR CARIOCA SMH 06/2012. Em janeiro de 2013.

⁹⁵ “Com estas preocupações é que estamos fazendo a presente comunicação e solicitando que seja executado o Projeto de Reconstrução Já!! Diante de tal situação de urgência, propomos: 1. a imediata realocação dos moradores que vivem em casas insalubres, identificadas pela Comunidade; 2. a construção da quadra e de equipamentos para crianças e idosos, em área planejada em nosso projeto para o lazer e uso comum da comunidade; e 3. a elaboração de um plano de ocupação ordenado dos espaços vazios que venha a beneficiar famílias que já residem em Estradinha, porém em condições inadequadas. Os critérios propostos para a definição das famílias que estão na resistência à remoção de Estradinha desde 2009 e que teriam direito à ocupação das áreas vazias foram escolhidos, discutidos e aprovados pela Associação de Moradores em conjunto com a Comissão de Moradores e Coletivo Técnico, a saber: a) famílias conviventes na mesma casa; b) famílias que moram de aluguel desde 2009; c) jovens com mais de 21 anos. Por fim, nestes termos, apresentamos, em apenso, nossa proposta de projeto para dar continuidade às discussões sobre o projeto de urbanização desta comunidade.” Ofício da Associação ao Secretário Municipal de Habitação.

⁹⁶ Para ter acesso às tabelas com mapeamento da resistência da Vila Autódromo, enviar email para a autora: mftardincosta@gmail.com

⁹⁷ Como diz parecer em Notificação ao COI, em sua p.63, a Prefeitura passa a promover “uma verdadeira chantagem, ao acenar com a possibilidade de realizar os investimentos necessários para a melhoria das condições de vida da comunidade apenas se esta ‘aceitar’ a proposta de remoção”. Parecer Coletivo Técnico de 13/05/2010 para subsidiar a Defensoria Pública no que se refere aos questionamentos a serem formulados quanto à intenção manifestada pela Prefeitura do Rio de Janeiro de remover a Comunidade da Vila Autódromo em função da realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

⁹⁸ Conferir <https://comitepopularrio.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaautodromo.pdf>

⁹⁹ Para ter acesso às tabelas com mapeamento da resistência da Providência e Pedra Lisa, enviar email para a autora: mftardincosta@gmail.com

¹⁰⁰ Relatório MPF-FCP. Maio/2011.

¹⁰¹ “O Morro da Providência e a Pedra Lisa na reestruturação da Zona Portuária do Rio de Janeiro”, livro que trata das obras do Morar Carioca e da Zona Portuária em seus aspectos técnicos e legais é uma leitura importante para a compreensão da história dessas comunidades (Gomes, Fernandes, 2016).

¹⁰² Isso permitiu que moradores junto com os técnicos apoiadores realizassem uma visita técnica às áreas indicadas nos referidos laudos, a partir do que foi elaborado um contralaudo que apresenta reparos a alguns aspectos contidos nos documentos da GeoRio.

¹⁰³ Para ter acesso às tabelas com mapeamento da resistência da Indiana, enviar email para a autora: mftardincosta@gmail.com

¹⁰⁴ “Depois de 52 (cinquenta e dois) anos de existência, de experiências de autoconstrução e auturbanização, contando com cerca de 400 (quatrocentas) famílias, chegou o Poder Público Municipal, através de sua Secretaria de Habitação para apresentar o que chamaram de “solução definitiva” ao problema habitacional daquela população, e em junho de 2009 anunciavam a urbanização dos 13.754 m² da Comunidade e a construção no local de uma praça” (Pontes, 2016, pp.269-270).

¹⁰⁵ Ibid., pp 269-275

¹⁰⁶ Esse tema foi tratado com densidade em tese de doutorado “Ideologia e utopia no ocaso da reforma urbana no Brasil” (Costa, 2012).

¹⁰⁷ Costa, 2012.

¹⁰⁸ Lopes, Maria de Lurdes da Ocupação Manoel Congo em entrevista (Faulhaber, Azevedo, 2015, p.80).

¹⁰⁹ Gonçalves, 2013, p. 233.

¹¹⁰ “(...) numa pesquisa sobre percepções da desigualdade realizada no Brasil em 2001, mais de 80% dos entrevistados consideraram justo que os mais ricos dessem condições melhores de educação e saúde para seus filhos. É o que cada qual

faria se tivesse condições para isso. A legitimação da desigualdade de oportunidades decorria da aspiração da maioria por melhores serviços, e essa aspiração, num ambiente em que a qualidade é sinônimo de mercado, ganhava a forma de desejo de inclusão no mercado. E importante: a proporção era mais alta entre os 40% pais pobres” (Cardoso, 2013).

¹¹¹ Ibid.

¹¹² Marx, 2011, p.502, grifos nossos. Em passagem dos *Grundrisse*, Marx fala da condição de vida do trabalhador sob a lógica da produção de valor: “Como trabalhador livre só pode viver à medida que troca sua capacidade de trabalho pela parte do capital que forma o fundo de trabalho. Essa própria troca está ligada a condições contingentes para o trabalhador e indiferentes em relação ao seu ser orgânico. Ele é, portanto, pobre em potência. Além disso, como a condição da produção fundada sobre o capital é de que o trabalhador produza sempre mais trabalho excedente, sempre é liberado mais trabalho necessário. Consequentemente, as chances de seu pauperismo aumentam. Ao desenvolvimento do trabalho excedente corresponde o desenvolvimento da população excedente. Em diferentes modos de produção sociais existem leis de aumento da população e da superpopulação; esta última equivale ao pauperismo” (Ibid., p.503.)

¹¹³ Menegat, 1998, p. 169.

¹¹⁴ Menegat, 2016, p.150.